



ORBIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ Nº 06.984.726/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 da Orbis Ambiental S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Nova Lima – MG, 16 de abril de 2026.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.389	17.580
Contas a receber de clientes	5	5.283	5.145
Impostos a recuperar	-	420	437
Partes relacionadas	6	-	1.272
Outros ativos	-	23	19
Total do ativo circulante		33.115	24.453
Ativo não circulante			
Partes relacionadas - Debêntures	6	37.595	29.079
Investimentos	7.a	23.539	29.264
Imobilizado	8	9.098	9.199
Total do ativo não circulante		70.232	67.542
Total do ativo		103.347	91.995
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	-	8	84
Empréstimos e financiamentos	9	303	220
Obrigações tributárias	10	2.284	2.385
Dividendos a pagar	12.c	8.582	8.582
Obrigações trabalhistas	11	601	873
Outros passivos	-	88	44
Total do passivo circulante		11.866	12.188
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	1.109	1.412
Dividendos a pagar	-	23.582	-
Total do passivo circulante		24.691	1.412
Patrimônio líquido	12		
Capital social	-	48.107	48.107
Resultados abrangentes	-	125	274
Reservas de lucros	-	18.558	30.014
Total do patrimônio líquido		66.790	78.395
Total do passivo e patrimônio líquido		103.347	91.995

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	13	45.250	43.605
Custos operacionais	14	(2.186)	(3.638)
Lucro bruto		43.064	39.967
Administrativas	15	(13.229)	(15.117)
Resultado da equivalência patrimonial	7	797	308
Outros resultados operacionais	16	904	1.155
Lucro operacional		31.536	26.313
Receitas financeiras	-	12.074	7.855
Despesas financeiras	-	(306)	(212)
Resultado financeiro líquido	17	11.768	7.643
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	18	43.304	33.956
Imposto de renda	-	(7.170)	(6.063)
Contribuição social	-	(2.590)	(2.191)
Lucro líquido do exercício	18	33.544	25.702

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	33.544	25.702
Variação cambial de investimentos no exterior	(150)	551
Resultado abrangente total	33.394	26.253

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		43.304	33.956
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciações	8.b	792	783
Resultado da equivalência patrimonial	7.b	(797)	(308)
Valor residual do imobilizado baixado	8.b	17	150
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	9.c	192	101
Juros incorridos sobre debêntures	6	8.516	(5.969)
Lucro ajustado		52.024	28.713
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	5	(138)	(844)
Impostos a recuperar	-	17	(149)
Outros ativos	-	(2)	(16)
Partes relacionadas	6	(15.760)	(1.272)
Fornecedores	-	(76)	(30)
Obrigações tributárias	10	(9.861)	(7.702)
Obrigações trabalhistas	11	(272)	241
Outros passivos	-	44	(52)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.975	18.889
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	8.b	(708)	(3.323)
Remuneração de debêntures	6	-	4.369
Aportes de capital em empresas investidas	7.b	(997)	(1.725)
Dividendos recebidos de empresas investidas	7.b	-	4
Alienação de empresas investidas	7.b	7.370	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento		5.665	(675)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	9.c	-	1.531
Pagamento de dividendos	12.c	(21.418)	(19.418)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal + juros)	9.c	(412)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(21.831)	(17.887)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		9.809	327
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		17.580	17.253
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		27.389	17.580
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		9.809	327

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Reserva de lucros						
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total acumulado	Lucros acumulados	Resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		48.107	5.718	26.594	32.312	-	(277)	80.142
Varição cambial de investimentos no exterior	7.b	-	-	-	-	-	551	551
Distribuição de dividendos conf. AGE de 25/06/2024	12.c	-	-	(28.000)	(28.000)	-	-	(28.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.702	-	25.702
Destinação do resultado								
Constituição de reserva legal	12.b	-	1.285	-	1.285	(1.285)	-	-
Retenção de lucros	12.e	-	-	24.417	24.417	(24.417)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		48.107	7.003	23.011	30.014	-	274	78.395
Varição cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	(149)	(149)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.544	-	33.544
Distribuição de dividendos conf. AGE de 18/12/2025	-	-	-	(45.000)	(45.000)	-	-	(45.000)
Destinação do resultado								
Constituição de reserva legal	-	-	1.677	-	1.677	(1.677)	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	31.867	31.867	(31.867)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		48.107	8.680	9.878	18.558	-	125	66.790

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: 1.1. **Objeto social:** A Orbis Ambiental S.A. (Orbis ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em agosto de 2004. Sua sede é no município de Nova Lima – MG – Brasil. A Companhia tem por objeto social a execução de obras e a prestação de serviços de engenharia, tanto no mercado público quanto no mercado privado, voltados para os diversos segmentos de saneamento ambiental, em especial: **a) Abastecimento de água potável e esgotamento sanitário:** incluindo a operação e o gerenciamento de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como o projeto e a construção de sistemas de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água tratada, além da coleta, tratamento e disposição de esgotos sanitários e resíduos relacionados; **b) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:** compreendendo a execução de serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares, urbanos, hospitalares, industriais e especiais, serviços de varrição de vias públicas, operação, manutenção e exploração de sistemas de disposição final de resíduos, incluindo aterros sanitários, bem como a captação e a comercialização de gases produzidos a partir dos resíduos; **c) Drenagem e manejo de águas pluviais;** e **d) Atividades complementares e correlatas,** tais como participação societária em outras empresas, consórcios ou empreendimentos, assessoria administrativa a partes relacionadas, locação de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis próprios, bem como a elaboração, implantação, operação e manutenção de projetos e obras de engenharia. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1 **Base de elaboração e mensuração:** a) **Declaração de conformidade e mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas exige a utilização de determinadas estimativas contábeis e políticas contábeis materiais. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas para emissão pela Administração em 16 de abril de 2026. **b) Demonstrações financeiras não consolidadas:** Conforme disposto no item 4º do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, não foram apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Companhia satisfaz as condições a seguir: i) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora; ii) seus instrumentos de dívida ou patrimônio não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); iii) não arquivou nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão regulador, visando a distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com os pronunciamentos do CPC. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando mencionado de outra forma, e os saldos são arredondados para o milhar mais próximo indicado. **d) Continuidade operacional:** A administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. **3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas:** As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa. As aplicações financeiras são, majoritariamente, certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados, em média, a 100% do CDI, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.2. Instrumentos financeiros:** **i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui direito legal de compensação e a intenção de liquidar em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Os ativos financeiros avaliados ao custo amortizado são avaliados quanto à redução ao valor recuperável ao final de cada período de reporte. As perdas são reconhecidas quando houver evidência objetiva de que a Companhia não recuperará integralmente os fluxos

de caixa contratados. **ii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações com instrumentos financeiros com finalidade especulativa. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber correspondem a valores a receber por serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia e são registradas inicialmente pelo valor justo, sendo mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, deduzidas, quando aplicável, de provisão para perdas esperadas. As contas a receber são avaliadas quanto à recuperabilidade, sendo constituídas provisões para perdas quando aplicável. Os recebíveis são classificados como circulantes ou não circulantes de acordo com seus prazos de vencimento. A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos saldos a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação financeira dos clientes e demais informações disponíveis. Em 31 de dezembro de 2025, embora existam saldos vencidos há longo prazo, a Administração entende que tais valores são recuperáveis e, portanto, não foi constituída provisão para perdas no exercício. **3.4. Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados, nas demonstrações contábeis, pelo método da equivalência patrimonial (MEP), com base nas demonstrações contábeis das investidas, sendo os respectivos resultados reconhecidos no resultado do exercício. São consideradas controladas as entidades nas quais a Companhia exerce, direta ou indiretamente, o poder de governar as políticas financeiras e operacionais, com o objetivo de obter benefícios de suas atividades, normalmente caracterizado por participação superior à metade dos direitos de voto. Coligadas são os investimentos sobre os quais a Companhia exerce influência significativa, sem deter o controle, evidenciada pela participação nas decisões financeiras e operacionais da investida. A aplicação do método da equivalência patrimonial é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de exercer controle ou influência significativa sobre a investida. **3.5. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são reconhecidos quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados ao ativo fluirão para a Companhia e quando o custo puder ser mensurado de forma confiável. O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção e à preparação do ativo para o uso pretendido pela Administração. Softwares adquiridos que sejam essenciais ao funcionamento de equipamentos são capitalizados como parte integrante do respectivo bem. Ganhos ou perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado correspondem à diferença entre o valor recebido e o valor contábil, sendo reconhecidos no resultado do exercício. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando resultam em benefícios econômicos futuros adicionais; os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos ativos. A depreciação é iniciada no mês subsequente ao da disponibilização do ativo para uso. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis e os valores residuais são revisados ao final de cada exercício. A Companhia avalia, ao final de cada exercício, a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável dos ativos do imobilizado, reconhecendo eventual perda no resultado quando o valor contábil exceder o valor recuperável. **3.6. Partes relacionadas – Debêntures:** Companhia realiza transações com partes relacionadas no curso normal de suas operações, em condições compatíveis com aquelas praticadas com terceiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos com partes relacionadas referem-se, principalmente, a debêntures a receber da Macaúbas Meio Ambiente S.A., sociedade relacionada, classificadas no ativo não circulante. As debêntures são quirografárias, convertíveis, possuem remuneração atrelada ao CDI, e vencimento em 10 de abril de 2028, conforme aprovado em assembleia. O saldo é mensurado pelo custo amortizado, acrescido dos juros apropriados pelo regime de competência. **3.7. Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores referem-se a obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal das operações, classificadas como passivo circulante ou não circulante conforme o vencimento. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado. Quando relevantes, as compras a prazo são ajustadas a valor presente, sendo o ajuste apropriado como despesa financeira ao longo do prazo de pagamento. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. As debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período, acrescidas dos juros. **3.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas com base no regime de tributação do Lucro Presumido, de acordo com a legislação fiscal vigente. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, caso em que os efeitos tributários correspondentes também são reconhecidos nessas rubricas. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias

promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. **3.11. Avaliação do valor recuperável de ativos:** A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.12. Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, desde que seja provável que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando o resultado do contrato de prestação de serviços pode ser estimado de maneira confiável, a receita é reconhecida no resultado de acordo com o estágio de conclusão do contrato, avaliado com base nos trabalhos realizados. As receitas são reconhecidas conforme o estágio de execução dos serviços, e os tributos sobre o lucro são apurados pelo regime do lucro presumido. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. **3.13. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. As receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras incluem, principalmente, despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente de provisões e contraprestação contingente, bem como variações no valor de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (exceto recebíveis). Os custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros. **3.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos que envolvem maior grau de subjetividade referem-se, principalmente, à constituição de provisões e à avaliação de contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, cuja mensuração considera as melhores informações disponíveis, o histórico das operações e a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente decorrente de eventos passados, cuja liquidação seja provável e cujo valor possa ser estimado de forma confiável. Passivos contingentes classificados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como perdas remotas não são reconhecidos nem divulgados. Ativos contingentes não são reconhecidos e são divulgados apenas quando a realização for considerada provável. As estimativas são revisadas periodicamente e os efeitos de eventual revisão são reconhecidos prospectivamente, quando aplicável. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas adotadas pela Administração. Com base nas avaliações realizadas, não foram identificadas contingências com probabilidade de perda classificada como provável ou possível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **3.15. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas:** Até a presente data, não foram emitidas novas revisões da NBC TG 1000 que alterem substancialmente os critérios contábeis aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
4. Caixa e equivalente de caixa		
Bancos conta movimento	750	3.605
Aplicações de liquidez imediata (i)	26.639	13.975
Total	27.389	17.580

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor com remuneração média de 100% do CDI em 2025 e 2024. A variação no saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024 se deu principalmente pelo recebimento dos valores provenientes da alienação dos investimentos na Ecovital e São Simão.

	31/12/2025	31/12/2024
5. Contas a receber de clientes		
Circulante	</	



ORBIS AMBIENTAL S.A. - CNPJ Nº 06.984.726/0001-92

continuação

a) Composição
31/12/2025 31/12/2024
Inves- Equiv. Inves- Equiv.
tímen- patri- tímen- patri-
to monial to monial

(I) A participação societária na Ecovital - Central de Gerenciamento Ambiental S.A. foi integralmente alienada em 24 de outubro de 2025, deixando de ser reconhecida como investimento a partir dessa data.

b) Movimentação

Investi- Apor- Aliena- Result- Equiv. Investi-
mento em tes- ção- to abran- patri-
31/12/2024 Apor- ção- gente- monial-
mento em
31/12/2025

Parti- Ativo Passivo Patri- 2025
cipa- circ- não circ- mólio Result-
ção % lante- lante- lante- lante- do exercí-
cio

Parti- Ativo Passivo Patri- 2024
cipa- circ- não circ- mólio Result-
ção % lante- lante- lante- lante- do exercí-
cio

8. Imobilizado: a) Composição
Taxa anual Depreciação
depreciação Custo acumulada Líquido Líquido

b) Movimentação do imobilizado
Insta- Equip. de Veí- Outras imo-
lações Campo- culos- bilizações- Total

16. Outros resultados operacionais
Outras receitas
Ganho na alienação de ativo imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

9. Empréstimos e financiamentos: O saldo de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser assim demonstrados:

Empréstimos e financiamentos - circulante
Empréstimos e financiamentos - não circulante
Total empréstimos e financiamentos

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Orbis Ambiental S.A. - Nova Lima - MG - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Orbis Ambiental S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

vel pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
CRC 2SP 025.583/F-2 Contador CRC 1SP-354.256/O-5

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 8DEF-A80E-4171-1684.

31/12/2025 31/12/2024
303 220
1.109 1.412
1.412 1.632

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2025 e 2024, e suas respectivas taxas, segue apresentada assim:

a) Circulante
Agente Financeiro Modalidade Encargos 31/12/2025 31/12/2024
Banco Volkswagen S.A. CDC 16,08% a.a. 303 220

b) Não circulante
Agente Financeiro Modalidade Encargos 31/12/2025 31/12/2024
Banco Volkswagen S.A. CDC 16,08% a.a. 1.109 1.412

c) Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2023
Juros
Captação
Saldo em 31 de dezembro de 2024

10. Obrigações tributárias
PIS sobre faturamento
COFINS sobre faturamento
ISS sobre faturamento
IRPJ sobre lucro
CSLL sobre lucro
Impostos retidos de terceiros
Total

11. Obrigações trabalhistas
Salários a pagar
Provisão de férias e encargos
Encargos sociais a recolher
Total

12. Patrimônio líquido: a) Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 48.107, representado por 48.107.578 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista Quantidade Participação
Somah Invest. e Participações S/A 14.744.973 30,65%
Gama FIP 33.362.605 69,35%
Total 48.107.578 100,00%

b) Reserva legal: O Estatuto prevê que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 3% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor. c) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 3% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei. Os dividendos adicionais propostos, quando aprovados, permanecem registrados no patrimônio líquido até sua efetiva deliberação e pagamento.

Lucro líquido do exercício
(-) Reserva legal (5%)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios
Dividendos mínimos obrigatórios (3%)
Dividendos adicionais propostos
Total de dividendos propostos
Total de dividendos pagos
Total de dividendos a pagar

d) Reserva de retenção lucros: O Estatuto prevê no caput do § 1º do Artigo 17 que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro. Os lucros remanescentes, após as destinações estatutárias, são apropriados à reserva de retenção de lucros, conforme deliberação da Assembleia Geral.

13. Receita operacional líquida
Receita de serviços
Receita de locação
Total de receita bruta
(-) ISS
(-) PIS
(-) COFINS
Total de impostos s/faturamento
Receita operacional líquida

14. Custos dos serviços prestados
Pessoal
Locação
Serviços de terceiros (I)
Impostos e taxas
Depreciação
Outros
Total

(I) A redução dos serviços de terceiros, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o mesmo período do exercício anterior, se deu em decorrência de serviços não recorrentes contratados em 2024.

15. Despesas administrativas
Pessoal
Locação
Serviços de terceiros
Impostos e taxas
Indenizações a terceiros (I)
Outros
Total

(I) indenização a terceiros pelo distrato contratual de opção de compra de ações de uma investida da Companhia.

16. Outros resultados operacionais
Outras receitas
Ganho na alienação de ativo imobilizado
Outras Despesas
Perda na alienação de investimentos (I)
Outras receitas (despesas) líquidas

(I) valor referente à perda na alienação da totalidade das ações de propriedade da Companhia na empresa Ecovital.

17. Resultado financeiro líquido
Receitas financeiras
Rendimento sobre aplicações financeiras (I)
Remuneração de debêntures
Juros
Total

Despesas financeiras
Bancária
Descontos concedidos
Encargos sobre financiamentos
Total

Resultado financeiro líquido
(I) O aumento é explicado pelo crescimento dos saldos de aplicações financeiras em 2025, conforme Nota Explicativa nº 4. 18. Despesas de IRPJ e CSLL: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

Receita bruta sujeita a 32%
Lucro presumido 32%
Rendimentos de aplicações financeiras e outras
Base de cálculo
IRPJ 15%
IRPJ adicional 10%
Total
CSLL 9%
Total de IRPJ e CSLL

Os tributos sobre o lucro são apurados pelo regime do lucro presumido, conforme a legislação vigente. 19. Gestão de riscos financeiros: a) Considerações gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela administração da Companhia. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. b) Gerenciamentos de riscos: A Companhia está exposta: (a) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (b) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (c) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. i) Riscos de liquidez: A "política de aplicações financeiras" estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha. ii) Riscos de mercado e juros: A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado. Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida. No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do Índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados. iii) Risco de crédito: A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. 20. Seguros: Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos. Os principais ativos em serviço da Companhia estão seguros, conforme descrito a seguir:

Risco coberto Vigência Importâncias seguradas Prêmios líquidos
Seguro Executor - Caeté 07/06/2025
038/2022 a 07/06/2026 8 1
Seguro Executor - Ribeirão das Neves 04/11/2025
93/2024 a 04/11/2026 581 1
Seguro Executor - Ceasa Minas 17/09/2025
56/2024 a 18/09/2026 63 1
Seguro Executor - Jaboticatubas 22/10/2025
255/2024 a 22/10/2026 21 1
Total 673 4

As premissas de riscos adotadas e os montantes informados, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. 21. Compliance: Em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis, a Companhia e suas controladas mantem estrutura de compliance destinada a assegurar a aderência às leis, regulamentos e diretrizes internas aplicáveis às suas atividades. A Companhia adota práticas alinhadas às melhores referências de mercado, com o objetivo de promover a integridade, a transparência e a ética nas relações com seus colaboradores, parceiros de negócios e demais partes interessadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram mantidas e aprimoradas iniciativas relacionadas ao Programa de Integridade, incluindo: • desenvolvimento e atualização de políticas e procedimentos internos; • realização de treinamentos e ações de comunicação e conscientização; • monitoramento contínuo e execução de atividades de auditoria; • identificação, avaliação e gestão de riscos de compliance; • observância das regulamentações aplicáveis ao setor de atuação; • manutenção de registros e documentação de suporte às atividades de controle; • disponibilização e divulgação de canais de denúncia, com garantia de confidencialidade e não retaliação. A Companhia reforça seu compromisso com a melhoria contínua do Programa de Compliance, buscando o fortalecimento da cultura de integridade e a mitigação de riscos, em linha com as exigências regulatórias e as melhores práticas de governança corporativa.

DIRETORIA
Sebastião da Costa Pereira Neto
André Luis Pereira Gomes
CONTADOR
Walter Luis da Silva Junior
CRC-RJ 093.575/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

vel pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
CRC 2SP 025.583/F-2 Contador CRC 1SP-354.256/O-5



Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ nº 35.198.460/0001-50

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. **Efeitos do curtailment:** Durante o exercício, a Companhia e suas controladas operaram normalmente, estando conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, as controladas tiveram a geração impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.1. No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dessa forma, no julgamento da Companhia, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*. A Administração da Companhia, entendendo, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existência de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Administração da Companhia adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração. Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia. O valor estimado acumulado de compensação até dezembro de 2025 está apresentado a seguir:

Período	Projeto	MWh		% corte (ii)	Receita bruta		(-) Curtailment com Curtailment (RS) (i)	Receita bruta (RS) (i)
		programados (a)	MWh gerados cortados		sem Curtailment (RS) (i)	com Curtailment (RS) (i)		
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	244.189	165.600	81.160	33,23%	25.752	(17.824)	43.576
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	251.147	167.674	83.473	33,23%	26.969	(18.332)	45.301
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	250.895	167.506	83.389	33,23%	25.878	(18.312)	44.190
Total		746.231	500.780	248.022	33,23%	78.599	54.568	133.067

(i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas diretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a Companhia, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a. (ii) Refere-se a média dos cortes. O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 25,73%, superior ao percentual de corte energético (33,23%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as investidas reconheceram valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022. Foi reconhecido em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 324, conforme nota explicativa nº 20. A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia, além daqueles já apresentados anteriormente. Ao encerramos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Casablanca Holding S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Pirapora, 27 de março de 2026

Balancos patrimoniais - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.310	25.546	22.358	29.177	Fornecedores	16	90.845	87.793	15.287	40.502
Contas a receber	9	24.493	54.189	24.849	64.689	Financiamentos	17	53.334	63.681	53.334	63.681
Impostos a recuperar		1.118	9	1.397	48	Imposto de renda e contribuição social	23	-	1.389	1.335	1.669
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	6.916	1.468	6.957	1.506	Obrigações fiscais	1	1.149	830	1.758	1.758
Adiantamento a fornecedores		13	-	13	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	1	-
Despesas antecipadas		-	-	779	2	Passivo de arrendamento	13	-	-	51	45
Dividendos a receber	24	15.837	5.985	-	-	Outras contas a pagar	16	882	6.818	5.887	8.625
Tributos diferidos	23	-	2.611	-	2.611	Total do passivo circulante		145.062	160.830	76.725	116.280
Mútuos financeiros com partes relacionadas		-	111	-	-	Financiamentos	17	539.715	651.756	539.715	651.756
Outras contas a receber		-	-	-	1.003	Mútuos financeiros com partes relacionadas	11	10.510	-	271	-
Total do ativo circulante		69.687	89.919	56.353	99.036	Provisão para desmobilização	18	-	-	20.840	18.724
Tributos diferidos	23	11.267	34.540	11.267	34.540	Passivo de arrendamento	13	-	-	9.545	9.596
Investimentos	12	1.266.400	1.300.237	-	-	Total do passivo não circulante		550.225	651.756	570.371	680.076
Mútuos financeiros com partes relacionadas	11	2.502	-	-	-	Patrimônio líquido	19				
Ativo de direito de uso	13	-	-	8.744	9.068	Capital social		740.954	719.254	740.954	719.254
Imobilizado	14	-	-	1.175.594	1.214.257	Hedge de fluxo de caixa		(21.871)	(72.117)	(21.871)	(72.117)
Intangível	15	-	-	49.707	51.565	Prejuízos acumulados		(64.514)	(35.027)	(64.514)	(35.027)
Total do ativo não circulante		1.280.169	1.334.777	1.245.312	1.309.430	Total do patrimônio líquido		654.569	612.110	654.569	612.110
Total do ativo		1.349.856	1.424.696	1.301.665	1.408.466	Total do passivo e patrimônio líquido		1.349.856	1.424.696	1.301.665	1.408.466

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	Nota	Outros Resultados Abrangentes		Reservas de Hedge	Prejuízos acumulados	Total
		Capital Social	Reservas de Hedge			
Subscrição e integralização de capital	19.a	700.110	-	33.934	(61.899)	672.145
Hedge de fluxo de caixa	19.b	-	(106.051)	-	-	(106.051)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	26.872	26.872
Total		719.254	(72.117)	(35.027)	612.110	612.110

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Subscrição e integralização de capital	19.a	21.700	-	-	21.700
Hedge de fluxo de caixa	19.b	-	50.246	-	50.246
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(29.487)	(29.487)
Total		740.954	(21.871)	(64.514)	654.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional: A Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Controladora", é uma comercializadora, de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Pirapora, estado de Minas Gerais, com objeto social de atuar no mercado de comercialização de energia em ambiente regulado e para centralizar os investimentos das Companhias detentoras das Usinas Fotovoltaicas do Complexo Casablanca. A Companhia tem como controladora a Atlas Casablanca Holding Ltda., com participação de 99,03% do capital social da Companhia e tem como controlador final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. A Companhia foi constituída com o objetivo de centralizar os investimentos das controladas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A., Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A. e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. Em dezembro de 2022 as controladas diretas da Companhia encerraram a construção da Usina Fotovoltaica e iniciaram a operação para fornecimento dedicado ao contrato firmado bilateralmente com sua Controladora no ambiente de contratação livre com início desde sua operação comercial até 31 de dezembro de 2036. Diante disso, a Companhia adquiriu de terceiros a energia necessária para honrar o compromisso com o fornecimento de energia até a entrada em operação das usinas. A Companhia iniciou em 2022 sua operação para atender prioritariamente a Anglo American Minerio de Ferro Brasil S.A., durante o prazo de 15 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2036. Em 2025 a Companhia iniciou também o atendimento ao contrato de fornecimento junto à Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. como autoprodutora, com vigência até 31 de dezembro de 2034. O fornecimento médio anual é de mais de 976,4 GWh. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica. **1.1 Curtailment:** As controladas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrer por razões externas às usinas e são classificados como: (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema; (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares. Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, consequentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes

de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025. Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim anteciper mecanismos de mitigação. A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, consequentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras. **1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros:** O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em 2025, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 20.372 (R\$ 17.244 em 31 de dezembro de 2024) prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 29.486 (lucro de R\$ 26.872 em 31 de dezembro de 2024). Apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 25.191 (R\$ 61.491 em 31 de dezembro de 2024). Os prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2025 são de R\$ 64.514 (R\$ 35.027 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas entraram em operação em 2022 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, a acionista da Companhia poderá transferir recursos de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **1.3 Autorizações para exploração:** As controladas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livre, já tendo firmado contrato com a Controladora para venda total da energia produzida pelas plantas a partir do início da operação comercial, conforme previsto na nota explicativa nº 1. A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

Usina	Período da autorização	Potência MW(médio)	Produção estimada operação (P90) (MW/médio)	Início de comercial contratação	Estado	Condição de produção
USINA DE ENERGIA FOTVOLTAICA LAR DO SOL IV S.A.	17/12/2019 a 17/12/2054	99	27,7	17/11/2022	ACL	MG Em operação
USINA DE ENERGIA FOTVOLTAICA LAR DO SOL V S.A.	17/12/2019 a 17/12/2054	99	27,7	26/10/2022	ACL	MG Em operação
USINA DE ENERGIA FOTVOLTAICA LAR DO SOL VI S.A.	17/12/2019 a 17/12/2054	99	27,7	26/10/2022	ACL	MG Em operação

2. Relação de entidades controladas:

Controladas	Participação nas controladas (%)	
	País	2025 2024
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. (a)	Brasil	100% 100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A. (a)	Brasil	100% 100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. (a)	Brasil	100% 100%

(a) As controladas foram adquiridas em novembro de 2020, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica. **3. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards - IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado. • Hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Vida útil dos ativos tangíveis - Nota explicativa nº 14:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover; • **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) - Nota explicativa nº 14:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025; • **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização - Nota explicativa nº 18:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e • **Instrumentos financeiros - nota explicativa nº 25:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. **6. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos

apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação:** (i) **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. (ii) **Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. (iii) **Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. (iv) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Receita de contrato com cliente: o da receita:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: • a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; • a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; • a determinação do preço para cada tipo de transação; • a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e • o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia firmou um PPA (*Purchase Price Agreement*) em Dólar em ambiente de contratação livre, com intuito de otimizar os gastos do cliente que tem suas principais fontes em Dólar americano. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, como o cliente detém moeda funcional Dólar americano, esta operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto, não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; e • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de

Demonstrações de resultados - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Período	Projeto	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório	
				2025	2024
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Período	Projeto	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório	
				2025	2024
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Período	Projeto	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório	
				2025	2024
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Período	Projeto	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório	
				2025	2024
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Período	Projeto	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório	
				2025	2024
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Período	Projeto	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório	
				2025	2024
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Período	Projeto	Pleito protocolado	Compensação prevista R\$	Status regulatório	
				2025	2024
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	Sim	107	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	Sim	108	Em análise regulatória e aguardando julgamento do mérito no judiciário	
2025	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	Sim	108		



★ continuação

atendidos. **(iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente relacionadas a variação cambial do principal referente ao financiamento atrelado a moeda estrangeira. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **e. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual o Grupo definiu uma vida útil de 30 anos que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias 30 anos
A taxa de depreciação do item planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **g. Ativos intangíveis:** Inclui os Direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora - MG. Conforme determinado no CPC 04 - Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 - *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas: **(i) Ativo identificável:** A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando: • for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou • resultar de direitos contratuais ou direitos legais. **(ii) Controle:** A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. **(iii) Benefício econômico futuro:** A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. • Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível. **(iv) Reconhecimento e mensuração:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(v) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(vi) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora - MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial do Grupo. **h. Provisão para desmobilização:** Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam o Grupo, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 18. O reconhecimento da provisão de desmobilização acontece mediante a entrada em operação do parque fotovoltaico, dado que neste momento o reconhecimento e mensuração estão livres de incertezas acerca do preço e prazo e o parque está apto a iniciar sua geração. **i. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber emitidos serão reconhecidos inicialmente na data em que forem originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: (a) Ativos financeiros:** Não reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: • ao custo amortizado; • ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). • ao VJORA (Valor Justo por meio do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). **(c) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

sivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **h. Contabilidade de Hedge ("hedge accounting"):** O Grupo designou instrumento financeiro não derivativo, sendo o principal do contrato de financiamento atrelado a moeda estrangeira, dólar americano (USD), como instrumento de hedge, para proteger suas receitas futuras altamente prováveis, firmadas por meio de Contrato de PPA (*Power Purchase Agreement*), do risco de oscilação de moeda estrangeira, também atrelado ao dólar americano (USD), aplicando a contabilização de hedge (*hedge accounting*). No início de relacionamento do hedge designado, o Grupo documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente. Periodicamente a Administração do Grupo monitora os critérios de qualificação do instrumento de hedge, a fim de assegurar a relação de proteção. **Hedge de fluxo de caixa:** Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica AAP (Ajuste de Avaliação Patrimonial), e são limitadas ao índice designado para o item protegido. O Grupo designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de hedge acumuladas em AAP, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente. **i. Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **(a) Mensuração das perdas de crédito esperada:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **(b) Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **(c) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **(d) Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revisados a cada data de balanço para avaliar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Os ativos não financeiros do Grupo encontram-se em fase pré-operacional e encontram-se de acordo com o cronograma de início de construção, sendo assim não apresentam indicativos de risco de perda do valor recuperável. **k. Arrendamentos:** Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação. No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento. No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado. No caso da Companhia, os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem às terras onde os parques eólicos encontram-se instalados. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,23% a.a. **L. Provisões:** As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **m. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseada numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequadamente ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **7. Novas normas e interpretações: (i) Normas contábeis:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:	
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do pass-

'outros'. **(b) Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **(ii) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras: Introdução:** A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia. **Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:** A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorreu de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1 de janeiro de 2026 até 2032. **Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:** A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a: • Revisão de preços e margens: A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos. • Fluxo de caixa: As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro. Sistemas e processos internos: A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal. • Contratos e acordos comerciais: Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos. • Análise de créditos tributários: A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS. • Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido: As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, consequentemente, seu patrimônio líquido. **Medidas Adotadas e Próximos Passos:** A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de: • Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos. • Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais. • Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados. No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada. **8. Caixa e equivalentes de caixa:**

Controladora	Consolidado			
	2025	2024	2025	2024
Depósitos à vista (a)	2.821	10.837	3.135	11.036
Aplicações financeiras curto prazo (b)	18.489	14.709	19.223	18.141
Caixa e equivalentes de caixa	21.310	25.546	22.358	29.177

(a) Inclui depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação em média de 93% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (90% do CDI em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9. Contas a receber:

Controladora	Consolidado			
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes - ACL (a)	24.493	53.739	24.525	53.739
Contas a receber de clientes - Liquidação MCP (b)	-	450	-	450
<i>Constrained-off</i> (d)	-	-	324	-
Outras contas a receber (c)	-	-	-	10.500
Contas a receber de clientes	24.493	54.189	24.849	64.689

(a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1. Os saldos de geração são liquidados mensalmente. (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação em teste da planta no momento da energização inicial da mesma. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE. (c) Refere-se a saldos a receber decorrente de indenização por desmobilização parcial da planta fotovoltaica da controlada Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. para passagem de linha de Transmissão da Verde Transmissão de Energia S.A., cujo valor foi integralmente recebido em 2025. A baixa da parte desmobilizada está demonstrada na nota explicativa nº 14. (d) Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained-off* no montante de R\$ 324. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE IFRS 9 (CPC 48) é calculada por estimativa do pleito e fatores prospectivos. O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconhece nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos. **10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:**

Controladora	Consolidado			
	2025	2024	2025	2024
IRPJ	5.110	949	5.151	978
CSLL	1.806	519	1.806	528
Total	6.916	1.468	6.957	1.506

11. Mútuos financeiros com partes relacionadas: a) Controladora: Mútuos a receber

Mutuante	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Adições	Juros IOF	Saldo em 31/12/2025
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	-	18	18	(18)	360	8	399
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	-	45	45	(45)	959	91	1.068
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	-	48	48	(48)	918	77	1.035
Total	-	111	111	(111)	2.237	176	2.502

Mútuos a pagar:

Mutuante	Saldo em 31/12/2024	Adições	Juros IOF	Saldo em 31/12/2025
Atlas Casablanca Holding S.A. (i)	-	201	64	271
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	-	6.711	596	7.433
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	-	959	91	1.068
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	-	1.561	148	1.738
Total	-	9.432	899	10.510

b) Consolidado: Mútuos a pagar

Mutuante	Saldo em 31/12/2024	Adições	Juros IOF	Saldo em 31/12/2025
Atlas Casablanca Holding S.A.	-	201	64	271
Total	-	201	64	271

12. Investimentos:

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Intangível (a)	2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	100%	498.792	(11.724)	16.569	482.188
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	100%	406.278	(4.822)	16.569	397.525
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	100%	395.167	(5.581)	16.569	386.687
Total		1.300.237	(22.127)	49.707	1.266.400
<i>Investimentos em não controladas</i>					
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	100%	481.606	6.038	17.188	498.792
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	100%	389.090	4.648	17.188	406.278
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	100%	377.976	3.200	17.188	395.167
Total		1.248.672	13.886	51.565	1.300.237

a) Conforme nota explicativa 15. A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

Composição do investimento	Part.%	Saldo em 31/12/2024	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Amortização de mais-valia	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2025
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	100%	498.792	-	(4.260)	(620)	(11.724)	482.188
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	100%	406.278	-	(3.312)	(619)	(4.822)	397.525
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	100%	395.167	-	(2.280)	(619)	(5.581)	386.687
Total		1.300.237	-	(9.852)	(1.858)	(22.127)	1.266.400
<i>Composição do investimento</i>							
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	100%	490.308	4.500	(1.434)	(620)	6.038	498.792
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	100%	400.353	3.000	(1.104)	(619)	4.648	406.278
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	10						



★ continuação

A seguir é demonstrado o resumo das controladas:

Table with columns: Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Receita líquida. Rows for 31/12/2025 and 31/12/2024, including sub-rows for 'Investimentos em controladas' and 'Total'.

13. Ativo de direito de uso e arrendamento: O Grupo atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados. A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2024, Amortizações, Valor líquido em 31/12/2025. Rows for 'Ativo de direito de uso' and 'Total do ativo'.

14. Imobilizado: a. Conciliação do valor contábil consolidado:

Table with columns: 31/12/2023, Adições, Cessão onerosa (a), Baixa, 31/12/2024, Adição, Baixa, 31/12/2025. Rows for 'Custo de aquisição', 'Depreciação acumulada', and 'Total do imobilizado'.

(a) Transferência de ativos, por meio de cessão onerosa para a Companhia Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. (b) O Grupo realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecidos. A provisão para desmobilização está demonstrada na nota explicativa nº 18. Em dezembro de 2022 o Grupo concluiu a construção da Usina Fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando no exercício de 2023 o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.f. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de curtailment operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e também de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto alinhada ao risco do negócio (WACC 9,55%). Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por impairment. Os ativos detidos pelo Grupo compõem as garantias das operações de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 17. 15. Intangível: a. Conciliação do valor contábil:

Table with columns: 2025, 2024. Rows for 'Custo', 'Direito de acesso da rede básica de transmissão Pirapora - MG', and 'Projeto'.

16. Fornecedores e outras contas a pagar:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Contratação de serviços e materiais (a)', 'Compra de energia (c)', 'Fornecedor partes relacionadas (b)', 'Total de fornecedores', 'Outras contas a pagar (d)', 'Total outras contas a pagar', and 'Total fornecedores e outras contas a pagar'.

a) Os saldos de serviços e materiais a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção das Usinas Fotovoltaicas nas companhias controladas. b) Refere-se a contas a pagar junto as controladas referente a aquisição de energia para revenda, conforme nota explicativa nº 24. c) Compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. d) Refere-se a serviços de manutenção e operação. A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 25.

17. Financiamentos:

Table with columns: Controladora e Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Financiamentos bancários com garantia', 'Saldo inicial', 'Pagamento do principal', 'Variação cambial (i)', 'Juros incorridos', 'Juros pagos', 'Amortização do custo de captação', 'Custo incorrido', 'Custo de captação', and 'Saldo em final'.

(i) A taxa de fechamento utilizada para conversão dos financiamentos em dólar foi de R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024) e em função da depreciação do câmbio em 2025, é apurada a variação cambial negativa em financiamentos. Adicionalmente a Companhia aplica instrumento de hedge de fluxo de caixa, de modo que a variação cambial do exercício protegida foi de perdas de R\$ 50.246 (perdas de R\$ 106.051 em 2024), incorrendo em tributos diferidos de ativo de R\$ 11.267 (ativo de R\$ 37.151 em 2024), que corresponde a 34% de imposto de renda e contribuição social, líquido de R\$ 21.871 (R\$ 72.117 em 2024), conforme nota explicativa nº 19 e nota explicativa nº 25. a. Termos e cronograma de amortização da dívida: Em 2021 foram celebrados os contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB - Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 459.713 - USD 76.300 e R\$ 62.328, com vencimentos em 15 de março de 2033 e 15 de setembro de 2036. O prazo de financiamento é de 15 anos, sendo que a parcela correspondente ao dólar é remunerada a uma taxa média de 8,06% a.a. e parcela correspondente ao real, são remunerados a taxa CDI + 5,38% a.a. Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Table with columns: Data do financiamento, Taxa de juros em USD, Valor em BRL, Valor em BRL, Vencimento final, 31/12/2025. Rows for 'Financiamentos' from 10/05/2021 to 16/09/2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

Table with columns: Taxa de arrendamento em %, Prazo de arrendamento (anos), Prazo residual de arrendamento (anos). Rows for 'Companhias' and 'Composição consolidada dos saldos do passivo de arrendamento'.

Table with columns: Passivo de arrendamento, Total, Circulante, Não circulante. Rows for 'Passivo de arrendamento' and 'Total'.

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2024, Pagamento de principal, Pagamento de juros, Juros incorridos, Valor líquido em 31/12/2025. Rows for 'Passivo de arrendamento' and 'Total'.

Table with columns: Passivo de arrendamento, Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico, Total. Rows for 'Passivo de arrendamento' and 'Total'.

Table with columns: 31/12/2023, Adições, Cessão onerosa, Baixa, 31/12/2024, Adição, Baixa, 31/12/2025. Rows for 'Passivo de arrendamento' and 'Total'.

Table with columns: Data do financiamento, Taxa de juros em USD, Valor em BRL, Valor em BRL, Vencimento final, 31/12/2024. Rows for 'Financiamentos'.

Table with columns: 2025, 2024. Rows for 'Vencimento em: 2026, 2027, 2028, 2029, 2030 até 2036'.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (covenants) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os covenants são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao IDB Invest, os principais covenants são: • Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental; • Comprovar perante o IDB Invest a correta aplicação dos recursos captados; • Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); • Manter o índice de serviço da dívida após a Data de Operação Comercial (COD) em até 1,05:1,00; e • Manter estrutura de contas controladas junto ao Citibank S.A. e Citibank NY as contas controladas para cumprir as obrigações pecuniárias do projeto, tais como: • Custos operacionais; • Custos de construção; • Abastecimento de conta reserva de serviço da dívida; e • Serviço da dívida. b. Garantias prestadas: O IDB Invest também acessa garantias reais do projeto, dentre as quais se destacam: • alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Atlas Casablanca Holding Ltda.; • alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas; • cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e • compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Atlas Casablanca Holding Ltda.. Todas as cláusulas restritivas (covenants) qualitativas e quantitativas referentes ao contrato de financiamentos são acompanhadas pela Administração do Grupo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu covenant financeiro previsto em contrato de empréstimo. Em conformidade com as obrigações contratuais, a Companhia formalizou o tema junto à instituição financeira e obteve o respectivo waiver, e devido a isto a dívida não foi reclassificada para o curto prazo. Ressalta-se que a dívida foi integralmente quitada, conforme detalhado na nota explicativa nº 26. 18. Provisão para desmobilização: De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as Controladas têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento. Em dezembro de 2022, as controladas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$26.976. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74%, conforme estudo realizado. Em dezembro de 2025, a Companhia realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 18.086. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 11,30%. O valor de desmobilização foi registrado no ativo de imobilizado e está sendo amortizado conforme segue:

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Amortização, Atualização, Saldo em 31/12/2024, Amortização, Saldo em 31/12/2025. Rows for 'Planta' and 'Total'.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Table with columns: Saldo em 1º de janeiro, Atualização monetária da provisão para desmobilização, Atualização da provisão para desmobilização (i), Saldo em 31 de dezembro. Rows for 'Saldo em 1º de janeiro' and 'Total'.

(i) A Companhia realizou estudos e revisou os saldos de provisão para desmobilização reconhecido no passivo. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não procedeu com o reconhecimento líquido de atualização reconhecido no resultado (R\$ 12.732 em 31 de dezembro de 2024). 19. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 740.954 (R\$ 719.254 em 31 de dezembro de 2024), representado por 740.954 quotas (719.254 em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas. O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 pela controladora Atlas Casablanca Holding S.A., detentora de 99,03% das ações da Companhia, corresponde a R\$ 740.954 (R\$ 719.254 em 31 de dezembro de 2024). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou subscrição e integralização de capital social, decorrente da alteração contratual, realizada em 09 de setembro de 2025 no montante de R\$ 21.700 (R\$ 19.144 em 31 de dezembro de 2024). b. Hedge de fluxo de caixa - reserva de hedge: A Companhia reconheceu em Outros Resultados Abrangentes, as variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais decorrentes do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira designadas como hedge de fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2025 o valor acumulado é negativo de R\$ 21.871 (negativo de R\$ 72.117 em 2024). As variações cambiais do instrumento de hedge designado, serão reconhecidas no patrimônio líquido até o momento em que o objeto de hedge e as receitas altamente prováveis com a venda de energia, sejam reconhecidas. 20. Receita operacional líquida: O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Receita contrato de energia (ACL)', 'Receita de energia partes relacionadas (a)', 'Constrained-off', 'Total', and 'Impostos sobre venda'.

(a) Conforme demonstrado na nota explicativa 24. Em 31 de dezembro de 2025 a quantidade comercializada pelo Grupo foi de 976 GW (667 GW em 31 de dezembro de 2024).

Table with columns: Custos do serviço de energia elétrica, Depreciação e amortização, Atualização da provisão para desmobilização. Rows for 'Custos do serviço de energia elétrica' and 'Total'.

21. Custos e despesas operacionais:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Compra de energia para revenda', 'Operação e manutenção', 'Amortização de intangível', 'Custo de energia para revenda (e)', 'Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)', 'Custos compartilhados - partes relacionadas (b)', 'Compromissos ambientais e sociais', 'Custos de locação de terras (a)', 'Custos para ativos desmobilizados', 'Custo de aporte em garantia', 'Seguros', 'Outros', 'Compra de energia partes relacionadas (d)', and 'Total'.

Despesas gerais e administrativas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Contabilidade e auditoria', 'Assessoria e advogados', 'Serviços técnicos', 'Impostos e taxas', 'Depreciação e amortização', 'Internet e comunicação', 'Licenças e despesas regulatórias', 'Outras despesas', 'Despesas com viagens', and 'Total'.

Outras receitas e despesas operacionais

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Baixa de ativo imobilizado (f)', 'Outras receitas operacionais', 'Outras despesas operacionais', and 'Total'.

(a) Refere-se a custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos. (b) Ao longo de 2025 e 2024 a Companhia dispôs de serviços compartilhados com as demais companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 24. (c) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão. (d) Refere-se à compra de energia das controladas da Companhia, conforme nota explicativa nº 24. (e) Refere-se à compra de energia na modalidade swap. (f) Refere-se à perda e ganho na alienação de ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 14.

22. Receitas e despesas financeiras:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Receita financeira', 'Rendimentos sobre aplicações financeiras', 'Receita de juros - partes relacionadas', 'Variação cambial ativa (a)', and 'Total'.

Despesa financeira

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Despesas bancárias', 'Carta de crédito', 'Correção monetária para desmobilização (a)', 'Despesas de juros com empréstimos (b)', 'Custo de captação incorrido (b)', 'Despesa de juros - partes relacionadas (d)', 'Juros sobre arrendamentos (c)', 'Variação cambial passiva', and 'Total'.

Resultado financeiro, líquido

(a) Conforme detalhado na nota explicativa nº 18; (b) Conforme detalhado na nota explicativa nº 17; (c) Conforme detalhado na nota explicativa nº 13; (d) Conforme detalhado na nota explicativa nº 24. 23. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue: a. Valores reconhecidos no resultado do exercício - corrente:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social', 'Adições (exclusões): Variação cambial, Mais-valia', 'Outras provisões não dedutíveis temporariamente', 'Resultado de equivalência patrimonial', 'Resultado fiscal ajustado - após ajustes das adições e exclusões', 'Compensação de prejuízos fiscais', 'Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social', 'Imposto de renda e contribuição social 34%', 'Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social', and 'Total'.

b. Valores reconhecidos no patrimônio líquido - Impostos diferido decorrente de reserva de hedge:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Reserva de hedge - Instrumentos financeiros - perdas', 'Reserva de hedge - Instrumentos financeiros - ganhos', 'Base de cálculo', 'Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social', 'Imposto de renda e contribuição social diferida do exercício', 'Imposto de renda e contribuição social diferida acumulada', and 'Total'.

c. Valores não reconhecidos no resultado do exercício - Impostos diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Prejuízo fiscal acumulado', 'Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social', 'Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo', 'Provisão de não realização dos impostos diferidos', 'Imposto de renda e contribuição social diferido ativo', and 'Total'.

A Companhia não possui expectativa de lucros tributáveis para os próximos anos e diante disso, não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. d. Apuração pelo Lucro Presumido:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows for 'Receita bruta (a)', 'Presunção do imposto de renda - 8% (b)', 'Presunção da contribuição social - 12% (c)', 'Demais receitas - (d)', 'Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)', 'Imposto de renda a alíquota de 15%', 'Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%', 'Total imposto de renda', 'Base de cálculo da CSLL (c) + (d)', 'Total contribuição social a alíquota de 9%', 'Despesa com imposto de renda e contribuição social', 'Alíquota efetiva (*)', and 'Total'.

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d). O imposto de renda e contribuições social consolidado é representado pelo valor reconhecido pela controladora no montante de R\$ 0 (R\$ 3.442 em 2024) e o valor do imposto de renda e contribuição social incidente nas controladas no montante de R\$ 2.209 (R\$ 2.827 em 2024), totalizando o valor consolidado de R\$ 2.709 (R\$ 6.269 em 2024).

24. Partes relacionadas: a. Controladora e controladora final: A controladora da Companhia é a Atlas Casablanca Holding S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. b. Operações com pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. c. Operações com partes relacionadas:

Table with columns: Controladora, Contas a pagar (b), Receitas/(despesas) (c), 2025, 2024. Rows for '(i) Operações intercompany - Nacional', 'Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.', 'Atlas Casablanca Holding S.A.', 'Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.', 'Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.', 'Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.', and 'Total'.

Table with columns: Controladora, Contas a receber, Contas a pagar, 2025, 2024. Rows for '(ii) Mútuos com intercompany (d)', 'Atlas Casablanca Holding S.A.', 'Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.', 'Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.', 'Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.', and 'Total'.



★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.

Controladora Contas a receber 2025 2024

(iii) Dividendos Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A. Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. Total

(i) Operações intercompany - Nacional Contas a receber (a) Contas a pagar (b) Receitas/(despesas) (c) 2025 2024 2025 2024 2025 2024

(ii) Mútuos com intercompany (d) Contas a pagar (b) Receitas/(despesas) (c) 2025 2024 2025 2024

(*) Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, tendo entre os custos serviços de escritório e assessoria de engenharia. a) Conforme nota explicativa nº 9; b) Conforme nota explicativa nº 16; c) Conforme nota explicativa nº 20 e 21. 25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta a classificação contábil dos ativos e passivos financeiros classificados como VJR (valor justo por meio do resultado) e custo amortizado, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

2025 - Controladora 2024 - Controladora Valor justo através do Custo Valor justo através do Custo Nota resultado amortizado resultado amortizado

Ativos Caixa e equivalentes de caixa Aplicação financeira Contas a receber Dividendos a receber Mútuos financeiros com partes relacionadas Total Passivos Fornecedores Financiamentos Outras contas a pagar Total

2025 - Consolidado 2024 - Consolidado Valor justo através do Custo Valor justo através do Custo Nota resultado amortizado resultado amortizado

Ativos Caixa e equivalentes de caixa Aplicação financeira Contas a receber Outras contas a receber Total Passivos Fornecedores Financiamentos Partes relacionadas Passivo de arrendamento Outras contas a pagar Total

2025 - Valor contábil e valor justo (Controladora) 2024 - Valor contábil e valor justo (Controladora) Nível hierárquico do valor justo Valor contábil Valor justo Valor contábil Valor justo

Mensuração do valor justo: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como inputs não observáveis significativos utilizados:

Inputs significativos não observáveis Tipo Técnica de avaliação Contratos de câmbio a termo Outros passivos financeiros

b. Gerenciamento de risco financeiro: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco cambial; e • Risco de taxa de juros. Estrutura de gerenciamento de risco: As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. i. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Mútuos financeiros com partes relacionadas Controladora Consolidado Dividendos a receber Outras contas a receber Total

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contrai-dos. Contas a receber: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera. Aplicações financeiras: A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido. A exposição máxima consolidada ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como valor justo através do resultado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 19,223 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 18.141 em 31 de dezembro de 2024). ii. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira intermediária condensada, individuais e consolidadas. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025 Passivos financeiros Financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Mútuos financeiros com partes relacionadas Total

31 de dezembro de 2024 Fluxos de caixa contratuais Valor contábil Total ou menos 1 ano ou menos 2 - 5 Anos 6 - 10 anos Mais que 10 anos

31 de dezembro de 2025 Passivos financeiros Financiamentos Fornecedores e outras contas a pagar Total

31 de dezembro de 2024 Passivos financeiros Financiamentos Arrendamentos Fornecedores e outras contas a pagar Total

31 de dezembro de 2024 Passivos financeiros Financiamentos Passivo de arrendamento Fornecedores e outras contas a pagar Total

iii. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. iv. Risco cambial: Hedge de fluxo de caixa envolvendo as receitas futuras altamente prováveis da Companhia. Os valores de referência, dos instrumentos de proteção em 31 de dezembro de 2025, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa US\$ 1,00/R\$ 5,22 (US\$ 1,00/R\$ 6,19), são apresentados a seguir:

Instrumento de hedge Objeto de hedge Tipo de risco protegido Período de proteção Em USD Em BRL

Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2024 Designação durante o exercício Variação cambial Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2024

Total do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2025 No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve valor de inefetividade reconhecido no resultado do exercício. As receitas futuras altamente prováveis, oriundas dos contratos de PPA (Power Purchase Agreement), atrelados ao dólar americano (USD), designadas como objetos de proteção nas relações de hedge de fluxo de caixa representam, em média, 42% das receitas futuras altamente prováveis, dos mesmos contratos de PPA (Power Purchase Agreement), atrelados ao dólar americano (USD). A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a ser realizada pelas futuras receitas realizadas dos contratos de PPA (Power Purchase Agreement).

Saldo em 31 de dezembro de 2023 Reconhecido no patrimônio líquido Total em 31 de dezembro de 2024 Reconhecido no patrimônio líquido Total em 31 de dezembro de 2025

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real (BRL), sua moeda funcional, e o dólar americano (USD). A exposição decorre do contrato de financiamento atrelado ao dólar americano e dos contratos de PPA (Power Purchase Agreement). Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: Em atendimento ao item 40 do CPC 40 - Instrumento Financeiros Evidenciação/IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro do Grupo que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com um cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas Risco de aumento das taxas de câmbio SD (a) 31/12/2025 31/12/2026 Provável 25% 50%

Risco de itens off-balance (*) Contratos de (PPA) Moeda/Risco USD 106.467 585.568 731.428 878.352 Risco de aumento (passivo) Moeda/Risco USD (106.467) (585.568) (731.428) (878.352) Hedge de fluxo de caixa Contratos (PPA) Moeda/Risco USD 106.467 585.568 731.428 878.352

(*) Contratos para revenda de energia futura serão reconhecidos no resultado em contrapartida ao ativo somente no momento da entrega da energia contratada. (**) Designados como objeto de hedge de fluxo de caixa para o percentual de 41,5% das receitas futuras altamente prováveis. Risco de taxa de juro: Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fi-

xada. E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia. Análise de sensibilidade: Em atendimento ao item 40 do CPC 40 - Instrumento Financeiros Evidenciação/IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros do Grupo que estão expostos a indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com um cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices 31/12/2025 31/12/2026 Cenário Provável 12,25% 15,31% 18,38%

Risco de redução (ativo) Aplicações financeiras CDI 18.489 20.754 2.831 3.397 (2.831) (3.397)

Risco de redução (ativo) Financiamentos CDI 593.049 665.698 90.811 108.973 (90.811) (108.973)

Risco de redução (ativo) Aplicações financeiras CDI 19.223 20.844 2.944 3.532 (2.944) (3.532)

Consolidado Risco de redução (ativo) Financiamentos CDI 593.049 665.698 90.811 108.973 (90.811) (108.973)

(a) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Boletim Focus; (i) A Companhia possui taxa de juros de financiamentos pré-fixados e pós fixados. A variação das taxas de juros e índices do quadro acima apresentam apenas variação dos itens pós fixados. 26 Contingências: Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa da Companhia, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas. A controladora da Companhia possui uma multa imposta por Auto de Infração lavrado pela Receita Federal por suposta ausência de recolhimento de IOF, no valor de R\$ 11.866, com probabilidade de perda possível. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Receita Federal. As controladas indiretas da Companhia figuram como autuadas em um auto de infração lavrado pela ANEEL no valor total de R\$ 1.976, com probabilidade de perda possível, por conta de descumprimentos técnicos. Foi apresentada Impugnação em face do referido auto de infração e está pendente de análise pela Agência. A Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda provável em 31 de dezembro de 2025. 27 Informações complementares aos fluxos de caixa: Transações que não envolvem caixa:

Controladora Nota 2025 2024 Integração de capital social 18.a - - Fornecedores partes relacionadas 15 - - Distribuição de dividendos 15 (9.852) (3.298) Dividendos a receber 23 9.852 3.298 Tributos diferidos 22 (50.246) (54.632) Ajuste de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa 18.b (25884) (106.051) Financiamentos - variação cambial 16 76.130 160.683 Variação cambial 16 - 926 Juros pagos 16 - (202) Pagamento de financiamentos 16 - (724)

Consolidado Nota 2025 2024 Fornecedores 16 - (13.417) Integração de capital social 18.a - - Ativo direto de uso 12 - - Passivo de arrendamento 12 - - Dividendos recebidos 23 - (3.298) Dividendos pagos 15 - 3.298 Tributos diferidos 22 (50.246) (54.632) Ajuste de avaliação patrimonial - hedge de fluxo de caixa 18.b (25884) (106.051) Financiamentos - variação cambial 16 76.130 160.683 Variação cambial 16 - 926 Juros pagos 16 - (202) Pagamento de financiamentos 16 - (724) Cessão onerosa 13 - (883) Imobilizado 13 - 14.300

28 Compromissos futuros: A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

Consolidado 2026 2027 2028 2029 Acima de 2030 Total TUST/USD (a) 23.683 24.731 25.686 26.566 1.160.689 1.261.355 Seguros e garantias (b) 1.387 1.446 1.503 1.553 63.393 69.282 Compra de Energia (c) 754 - 206 - 1.540 2.500 Contratos de (O&M) (d) 7.144 7.454 6.110 6.316 243.148 270.172 Arrendamento (e) 3.692 3.924 3.896 3.997 187.257 202.766 Outros (f) 6.382 5.744 5.502 5.564 217.526 240.718 Total 43.042 43.299 42.903 43.996 1.873.553 2.046.794

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD): Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão. Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/ reajuste nas tarifas para os meses. Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026. b) Seguros e garantias: O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e assegurar das plantas fotovoltaicas. c) Compra de Energia: O Grupo possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos. d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M): O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas. e) Arrendamentos: O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertencentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16. f) Outros: O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais. 29 Eventos subsequentes: Reestruturação de dívida: Em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida, redução do custo financeiro e otimização da estrutura de capital das entidades Atlas, em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia realizou a quitação integral de sua dívida junto ao Inter-American Investment Corporation (IDB Invest), conforme processo iniciado em meados de dezembro de 2025 e formalizado em Payoff Letter datada de 12 de fevereiro de 2026. O valor total pago no momento da quitação foi de R\$ 621.364 (equivalente a US\$ 118.875, à taxa de câmbio BRL 5,227). Para viabilizar a quitação, a Companhia contratou duas novas dívidas no total de R\$ 639.795 (equivalente a US\$ 123.095): i. Em 19 de fevereiro de 2026, a Companhia firmou um contrato de Mútuco junto à sua controladora Atlas Casablanca Holding Ltda., no valor de US\$ 96.734.000 (equivalente a R\$ 502.483.002,28, à taxa de câmbio BRL 5,195/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração nos mesmos parâmetros da dívida captada pela Atlas Casablanca Holding Ltda. de 25% ao ano; e ii. Em 15 de fevereiro de 2026, firmou empréstimo junto ao GIP Helios Aggregator, L.P. (Luxemburgo), entidade sob controle comum do GIP, no valor de US\$ 26.370 (equivalente a R\$ 137.312, à taxa de câmbio BRL 5,207/USD), com vencimento em 31 de dezembro de 2046 e remuneração de juros de SOFR diário composto acrescido de 6,90% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros. Os recursos foram recebidos em 20 de fevereiro de 2026 e utilizados integralmente para a liquidação da dívida anterior, resultando no encerramento das obrigações e garantias vinculadas ao contrato com o IDB Invest. O relacionamento de hedge accounting de fluxo de caixa, anteriormente designado entre receitas futuras em dólar e a dívida em dólar junto ao IDB, foi encerrado em função da quitação antecipada da referida dívida. Na mesma data, a Companhia realizou nova designação formal de hedge accounting, vinculando a nova estrutura de dívida em dólar à proteção dos fluxos de caixa futuros em moeda estrangeira, de modo a manter a estratégia de mitigação dos efeitos da variação cambial sobre os resultados. Não houve alteração na titularidade dos ativos, nem nas condições dos contratos de comercialização de energia (PPAs) vigentes.

Luiz Maia Gutierrez Ballester - CPF: 832.797.505-63 - Diretor Júlio Roberto Baruchi - Contador - CRC: 1SP206243/0-5 - CPF: 008.175.478-78

Aos Acionistas e Diretores da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. - Pirapora - MG. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no



★ continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Casablanca Comercializadora de Energia S.A.

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/0-6

São Paulo, 27 de Março de 2026

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/0-2

CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato firmado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS e CAMARGO & SILVA AUTOMACAO COMERCIAL LTDA. Contrato nº 7; Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INTERNET VIA SATÉLITE STARLINK E CONECTIVIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS. Licitação: Dispensa nº 7/2026. Valor Global: R\$ 6.239,00. Vigência: 24/04/2026 Até: 23/04/2027. Bonito de Minas-MG, 24 de Abril de 2026.

Extrato de Contrato firmado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS e 60.427.831 RAIANE MUNIZ PIMENTA. Contrato nº 6; Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG. Licitação: Dispensa 6/2026. Valor Global: R\$ 24.000,00. Vigência: 24/04/2026 Até: 23/04/2027 Bonito de Minas-MG, 24 de Abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU-MG

1º AVISO DE ADIAMENTO. Concorrência Eletrônica nº 09/2026 – Processo de Compra nº 48/2026 – O Diretor do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracatu, torna público que por motivo de ORDEM ADMINISTRATIVA a abertura da Concorrência Eletrônica nº 09/2026, anteriormente marcada para o dia 20 de maio de 2026, às 09:00 horas, fica ADIADO para o dia 27/05/2026 com início da Sessão da disputa de lances às 09h (horário de Brasília-DF) no portal onde realizar-se-á a abertura das propostas de preços e lances: www.novobmnet.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone: (38) 3537-1108.

Paracatu (MG), 28 de abril de 2026.
Lúcio Prado Ferreira Gomes. Diretor do Departamento de Licitações.

EXTRATO DE EDITAL 08-2026
Fundação Educacional Alto Médio São Francisco – FUNAM

A Fundação Educacional Alto Médio São Francisco – FUNAM, mantenedora do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira, torna público que realizará Procedimento de Seleção da Proposta Mais vantajosa, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, destinado à aquisição de equipamentos hospitalares no Processo nº: 08/2026.

Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares.

Origem do recurso: Repasse de recurso estadual referente à política de caráter continuado para implantação e estruturação da linha de cuidado em doenças respiratórias graves, instituída pela Resolução SES/MG nº 8.498/2022 e Resolução SES/MG nº 8.945/2023, conforme 34º Termo Aditivo ao Contrato P311/23-01.

Valor estimado: R\$ 226.200,00

Prazo para envio das propostas: 02 (dois) dias úteis a contar da data da publicação do edital.

Disponibilidade do Edital: Site oficial do Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro. <https://www.hcmarioribeiro.com.br/editais>. Montes Claros/MG, 28 de abril de 2026.

FUNAM – Fundação Educacional Alto Médio São Francisco
Hospital das Clínicas Dr. Mário Ribeiro da Silveira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LAGO DOS CISNES (AMOLACI),
CNPJ nº 13.999.709/0001-94, com sede na Alameda das Casuarinas, nº 2525, Lago dos Cisnes, Felixlândia/MG, por sua Presidente, **Sra. VERA LÚCIA DE FREITAS OLIVEIRA**, no uso das atribuições previstas no art. 17, VII, do Estatuto Social, e em conformidade com os arts. 11, 12, 13, 14 e 15, convoca os associados em pleno gozo de seus direitos para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se no dia 03 de maio de 2026, na sede da associação.

A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação às 08h30, com maioria absoluta dos associados, ou em segunda convocação às 09h00, com qualquer número de presentes, nos termos do art. 15, parágrafo único, do Estatuto, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- I – Deliberar sobre alienação, transação, oeração ou permuta de bens (art. 12, VI);
- II – Apreciar e aprovar as contas da entidade (art. 12, VIII);
- III – Analisar e deliberar sobre o relatório anual da Diretoria (art. 13, I);
- IV – Homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal (art. 13, II);
- V – Deliberar sobre a aprovação da nova logomarca da AMOLACI, para utilização em uniformes, documentos oficiais e adesivos.

Nos termos do art. 11 do Estatuto, a Assembleia Geral é o órgão soberano da associação.

O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.
Felixlândia/MG, 20 de abril de 2026.

HOJE EMDIA
Editora-Gráfica Industrial de MG

IRACEMA BARRETO
Editora-Chefe

ANA PAULA LIMA
Editora-Executiva

REDAÇÃO
(31) 3253-2226 - 3253-2229
Rua dos Pampas, 484, Prado
CEP: 30.411-030
BeloHorizonte-MG

MERCADO LEITOR
circulacao@hojeemdia.com.br

EDIMINAS S/A
Editora Gráfica Industrial de MG

GERAL:
(31) 3253-2205

PUBLICIDADE LEGAL EDITAIS E BALANÇOS
fonados@hojeemdia.com.br
(31) 3253-2210

COMERCIAL
Victor Souza
(31) 97205-5708
(31) 3191-5929
comercial@hojeemdia.com.br

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
(31) 3253-2225
atendimento@hojeemdia.com.br

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS DE JORNALS
www.anj.org.br

JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA
JUCEMG 638

Edital de Leilão 013/2026 - SICOOB CREDICOPA, torna público que levará a leilão online nos dias 05/06/2026 1ª Praça e 08/06/2026 a 2ª Praça, a partir das 13:00 horas, seu imóvel na cidade de PARACATU/MG. Imóvel situado na Rua Paulo Martins, 12, Lote 10/ Quadra 04, bairro Amoreiras, no município de Paracatu-MG. Matrícula de nº 31.162 do Cartório de Registro de Imóveis Geraldo Campos, Paracatu/MG. Informações e edital no site: www.MGL.com.br ou pelo fone: 0800 242 2218.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 091/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2026 – do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DIVERSOS, DESTINADOS À AMPLIAÇÃO DO ANFITEATRO E À CONSTRUÇÃO DE SALA ADMINISTRATIVA PARA A PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO. Data da sessão: 12/05/2026, às 8h. Retirada do Edital: www.hospitalhbp.com.br, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações: (035) 3606-3594/3592/3591 – edital@hospitalhbp.com.br.

DMAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POÇOS DE CALDAS/MG
TERMO DE ANULAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2025-PROCESSO Nº 260/2025

O Diretor-Presidente do DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas/MG, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal nº 14.226/23, após apreciação dos documentos constantes nos autos do Pregão Eletrônico nº 082/2025, decide ANULAR o referido processo, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E FORNECIMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO, PREFERENCIALMENTE EM CARTÃO PRÉ-PAGO AOS EMPREGADOS DO DMAE, POR MEIO DE ABASTECIMENTO EM CRÉDITOS MENSIS, SENDO ESTES CUMULATIVOS. A medida decorre da verificação de vícios que comprometem a validade do certame, notadamente inconsistências entre o Termo de Referência e a minuta contratual, bem como da necessidade de resguardar a segurança jurídica e o interesse público. Paulo César Silva – Diretor Presidente. Poços de Caldas, 28 de abril de 2026. Portaria 019/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 017/2026, PROCESSO 033/2026**, cujo objeto consiste no **Registro de preços, por item, para eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, com vigência de 12 meses**. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **12/05/2026 às 08:00 horas** e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia **12/05/2026 às 08:30 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site <https://licitar.digital/>, no <https://www.itabira.mg.gov.br/> (Menu: Licitação – Editais de Aquisição), e-mail: smacompras@gmail.com, ou na Prefeitura, Avenida Carlos de Paula Andrade, nº 135 – Bairro: Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2336 – 3839-2163, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8 às 18 horas, a partir do dia 29/04/2026. ID LICITAR 97844.

Itabira, 28 de abril de 2026.

João Victor Sampaio Brandão
Secretário Municipal de Administração e Governança

Dutovias do Brasil S.A.
CNPJ nº 15.803.895/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A Administração da Dutovias do Brasil S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores os documentos relativos às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo/Circulante	Balancos Patrimoniais		Passivo/Circulante	Demonstração de Resultados				
	Nota	2025 2024		Nota	2025 2024			
Adiantamentos a fornecedores	1	—	Fornecedores	5	3			
Total do Ativo	1	—	Provisões	1.642	1.642			
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras			Total do passivo circulante					
1. Contexto operacional: A Dutovias do Brasil S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de abril de 2012, com o objeto de: (a) engenharia civil, administração de obras; execução de obras e construção civil, montagens industriais, saneamento, canalização, montagem, operacionalização, manutenção e conservação de adutoras e redes de distribuição, de água, oleoduto, gasoduto, mineroduto, caldeiraria, terraplanagem, pavimentação, empreitadas e sub-empresitadas de obras civis, construção geral, construção de túneis, dragagens, barragens, pavimentações e demais serviços em vias públicas, construção de qualquer natureza, levantamento topográfico, loteamentos, edificações, incorporações, projetos e implantações de sistemas de eletrificação, limpeza urbana, manutenção e conservação, coleta de resíduos, varrição, manutenção de áreas verdes, aterro sanitário, valas sépticas, usinas de compostagem e reciclagem e incineradores; (b) operar oleoduto, gasoduto, mineroduto, destinado ao transporte das respectivas cargas; (c) locação de máquinas e equipamentos; (d) perfuração de poços artesanais; e (e) participação do capital de outras sociedades, como sócia, sócia-quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não tinha geração operacional de caixa. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$) mil, sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). 3. Sumário das principais práticas contábeis: A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia: 3.1. Reconhecimento			Não circulante					
			AFAC					
			Patrimônio líquido					
			Capital social					
			Prejuízos acumulados					
			Total do patrimônio líquido					
			Total do ativo e patrimônio líquido					
			de ativos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. 3.2. Demonstrações dos fluxos de caixa: Foram preparadas e apresentadas pelo método indireto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa. 4. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração optou, tendo em vista a falta de expectativa de rentabilidade futura, por não registrar contabilmente o montante de prejuízo fiscal de Imposto de renda e base negativa de Contribuição social existente em 31 de dezembro de 2025. 5. Adiantamentos para futuros aumentos de capital: Os adiantamentos para futuros aumentos de capital são oriundos da Controladora MLog S.A., relacionados a gastos administrativos. 6. Capital Social: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2025, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 4 mediante a emissão de 4 (Quatro mil) novas ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 32.862, está representado por 32.861.519 (trinta e duas milhões, oitocentas e sessenta e uma mil, quinhentas e dezenove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes à Controladora MLog S.A.			Despesas operacionais		
			Gerais e administrativas					
			Tributárias					
			Despesas financeiras					
			Prejuízo do exercício					
			Demonstração de Resultados Abrangentes					
			Prejuízo do exercício					
			Resultado abrangente do exercício					
			Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido					
			Capital Social					
			Prejuízos acumulados					
			Total					
			Em 31/12/2023					
			Prejuízo do exercício					
			Em 31/12/2024					
			Aumento de capital					
			Prejuízo do exercício					
			Em 31/12/2025					
			Demonstração dos Fluxos de Caixa					
			2025 2024					
			Fluxos de caixa das atividades operacionais					
			Prejuízo do exercício					
			Variações nos ativos e passivos					
			Adiantamentos a fornecedores					
			Fornecedores					
			Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades operacionais					
			Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
			AFAC					
			Variação de caixa e equivalentes de caixa					
			Caixa e equiv. de caixa no início do exercício					
			Caixa e equiv. de caixa no final do exercício					

Antonio Frias Oliva Neto - Diretor Presidente
Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes - Contador - CRC MG 106836/0-8



Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ nº 49.037.416/0001-73

Relatório de administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. **Efeitos do curtailment:** Durante o exercício, o Grupo operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados nas Notas Explicativas nº 1.2. No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh				Receita bruta (-)		Receita bruta	
		programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	MWh corte (ii)	% sem curtailment (RS) (i)	Curtailment (RS) (i)	(-) (RS) (i)	(i) (RS) (i)
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37.59%	10.183	(3.308)	33.991	37.59%
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	32.643	20.372	12.271	37.59%	10.392	(3.294)	30.899	37.59%
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37.59%	9.751	(3.308)	31.014	37.59%
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37.59%	9.901	(3.308)	30.931	37.59%
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37.59%	10.413	(3.308)	30.853	37.59%
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37.59%	9.890	(3.308)	30.052	37.59%
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	32.775	20.454	12.321	37.59%	8.964	(3.308)	30.361	37.59%
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37.59%	9.282	(3.308)	33.119	37.59%
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	32.781	20.458	12.323	37.59%	9.196	(3.308)	36.769	37.59%
Total:		294.867	184.020	110.847	37.59%	87.972	(29.758)	117.730	37.59%

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	8	26.117	226	49.066	7.433
Contas a receber	9	46.536	-	71.694	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	4.798	2.800	4.880	2.830
Impostos a recuperar	1	5	860	154	-
Adiantamento a fornecedores	11	14	4.866	14	4.866
Dividendos a receber	25.c	14.407	-	-	-
Despesas antecipadas	13	1.851	164	1.851	164
Total do ativo circulante		93.724	8.061	128.365	15.447
Investimentos em controladas	14	1.499.948	766.073	-	-
Ativo de direito de uso	12	-	-	36.220	-
Imobilizado	15	-	-	1.518.356	980.069
Total do ativo não circulante		1.499.948	766.073	1.554.576	980.069
Total do ativo		1.593.672	774.134	1.682.941	995.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Nota	Capital social		Reserva de lucros		Prejuízos acumulados		Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total	
Subscrição de capital	19.a	16.765	(2.362)	-	-	(187)	14.216	-
Integralização de capital social	19.a	37.593	(37.593)	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		54.358	-	-	-	(23.177)	(23.177)	30.994
Integralização de capital social	19.a	619.727	-	-	-	-	-	619.727
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	19.b	-	-	1.984	-	-	-	1.984
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	19.c	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	19.d	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		674.085	-	1.984	-	28.273	(28.273)	704.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A., ("Companhia" ou "Controladora") foi constituída na forma de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 6 da LMG-690, área rural de Paracatu. A Companhia foi constituída em 03 de janeiro de 2023 com o objetivo de realizar a comercialização e intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia elétrica produzidas pelas sociedades onde a Companhia detém participação. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). As investidas iniciaram sua operação comercial em 30 de outubro de 2025, data em que o COD (*Commercial Operation Date*) foi emitido, passando a gerar energia em teste e a operar no mercado de curto prazo e com contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre (ACL). De acordo com as práticas contábeis adotadas, o reconhecimento do início da depreciação dos ativos imobilizados ocorre apenas quando estes são considerados substancialmente prontos para uso. Esse marco foi atingido em 19 de dezembro de 2025, com a obtenção do *substantial completion*, momento em que os ativos foram transferidos para a conta de ativos em uso. Dessa forma, a depreciação dos ativos terá início a partir de 1º de janeiro de 2026.

1.1 Curtailment: As controladas indiretas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como: (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema, (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares. Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, consequentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025. Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta

Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação. A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, consequentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras. **1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros:** A Companhia apresentou capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, negativo em 2025 em R\$ 71.532 (R\$ positivo em 31 de dezembro de 2024 em R\$ 7.735). O Grupo apresentou capital circulante líquido consolidado negativo em 2025, em R\$ 68.074 (R\$ 206.261 em 31 de dezembro de 2024) lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 63.045 (lucro de R\$ 23.177 em 31 de dezembro de 2024). Os lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025 são de R\$ 28.273 (R\$ 23.364 de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas entraram em operação em 2022 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, se necessário, o acionista da Companhia poderá transferir recursos de modo a permitir o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **1.3 Autorizações para exploração:** As Controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo. A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

Usina	Companhia	CEG ANEEL	Período da autorização	Potência (MW)	Ambiente	Contração	Estado	Fase do Projeto
UFV Boa Sorte 9	Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049194	2-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	
UFV Boa Sorte 10	Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049193	4-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	
UFV Boa Sorte 11	Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049195	0-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	
UFV Boa Sorte 12	Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049196	9-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	
UFV Boa Sorte 13	Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049197	7-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	
UFV Boa Sorte 14	Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049198	5-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	
UFV Boa Sorte 15	Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049199	3-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	
UFV Boa Sorte 16	Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049200	0-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	
UFV Boa Sorte 17	Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	UFV.RS.MG.049201	9-01 18/03/2022 a 18/03/2025	44,1	ACL	MG	Operação	

As Controladas têm suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua Controladora, com o início em janeiro de 2026 para suprir os contratos de venda firmados, pela Controladora, bilateralmente no ambiente de contratação livre. **2. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir: a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas; c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas; d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição. As demonstrações financeiras incluem, em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	Participação	
		31/12/2025	31/12/2024
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	Brasil	100%	Direta

3. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP. Já em relação as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP). Importante ressaltar, que no caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (IFRS Accounting Standards), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos correspondentes à construção de algumas de suas controladas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas

contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Vida útil dos ativos tangíveis - Nota explicativa nº 15:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover; • **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) - Nota explicativa nº 15:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025; • **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização - Nota Explicativa nº18:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e • **Instrumentos financeiros - nota explicativa nº 26:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. **6. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Receita de contrato com cliente: Reconhecimento da receita:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: • a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; • a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; • a determinação do preço para cada tipo de transação; • a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e • o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato de energia é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem: • receita de juros; e • despesa bancária. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. **d) Imposto de renda e contribuição social: (i) Regime de tributação pelo Lucro Real - Controladora:** O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil

(i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas indiretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a Companhia, e por tanto, são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a. (ii) Refere-se a média dos cortes. O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta do Grupo foi de 25,27%, inferior ao percentual de corte energético (37,59%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o grupo não reconheceu valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* não superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022. O Grupo entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Dessa forma, no julgamento do Grupo, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que o Grupo terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*. A administração do Grupo, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Administração do Grupo adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração. Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia. Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.3, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação do Grupo, além daqueles já apresentados anteriormente. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho. Paracatu, 31 de março de 2026.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	20	123.831	-	208.592	-
Custos de operação	21	(118.219)	-	(139.202)	-
Lucro bruto		5.612	-	69.390	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(823)	(813)	(1.458)	(1.198)
Outras receitas operacionais	22	372	-	391	1
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		5.161	(813)	68.323	(1.197)
Receitas financeiras	23	8.919	19.823	10.198	20.106
Despesas financeiras	23	(11.912)	(41.960)	(12.045)	(42.016)
Resultado financeiro líquido		(2.993)	(22.137)	(1.847)	(21.910)
Resultado de equivalência patrimonial		61.281	(227)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		63.449	(23.177)	66.476	(23.107)
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(404)	-	(3.431)	(70)
Lucro/(Prejuízo) do exercício		63.045	(23.177)	63.045	(23.177)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro/(prejuízo) do exercício		63.045	(23.177)	63.045	(23.177)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		63.045	(23.177)	63.045	(23.177)

As



★ continuação

disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) classificação e mensuração subsequente:** **a) Instrumentos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: • ao custo amortizado; • ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado); • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). **c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificável como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** **a) Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **b) Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f. Redução ao valor recuperável (Impairment):** **(i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensuradas como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). • O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito o Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). • O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Os ativos não financeiros do Grupo encontram-se em operação e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável. **g. Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação. No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso do Grupo os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados. O Grupo adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 12,23% a.a. **h. Provisão para desmobilização:** Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contêm cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na temporeidade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, e possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 18. **i) Provisões:** As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **i. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momen-

to em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **7. Normas e interpretações:** **(a) Normas contábeis:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.** O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **b) Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras: Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras: Introdução:** A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras do Grupo. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo. **Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:** A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032. **Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:** A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a: • **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços do Grupo, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos. • **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro. • **Sistemas e processos internos:** O Grupo precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal. • **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos. • **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS. • **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo e, consequentemente, seu patrimônio líquido. **Medidas Adotadas e Próximos Passos:** O Grupo está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de: • Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos. • Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais. • Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados. No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), o Grupo conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada. **8. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancário (a)	4.785	226	27.584	400
Aplicações financeiras (b)	21.332	—	21.482	7.033
Total	26.117	226	49.066	7.433

(a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em de 98,25% em 31 de dezembro de 2025 (92% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado. **9. Contas a receber:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes - Receita - ACL (a)	43.755	—	69.462	—
Contas a receber de partes relacionadas (b)	2.781	—	2.232	—
Total	46.536	—	71.694	—

(a) Referem-se as vendas da energia geradas pós COD, para atendimento de contratos de curto prazo firmados no ACL. (b) Referem a saldos de reembolso entre partes relacionadas conforme demonstrados na nota explicativa nº 25. O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos. **10. Imposto de renda a recuperar:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos de renda a recuperar (a)	4.798	2.800	4.880	2.830
Total	4.798	2.800	4.880	2.830

(a) Referem-se a saldos de imposto de renda a recuperar provenientes de retenções de aplicações financeiras. **11. Adiantamento a fornecedores:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores (a)	14	4.866	14	4.866
Total	14	4.866	14	4.866

(a) Referem-se a saldo de adiantamento a fornecedores para aquisição de serviços. **12. Ativo de direito de uso e arrendamento:** As investidas da Companhia atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados. A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento Inicial em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques fotovoltaicos	—	36.220	36.220
Total do ativo	—	36.220	36.220

O prazo de amortização de direito de uso é limitado ao prazo remanescente da outorga de exploração. Em dezembro de 2025 as investidas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial do arrendamento mediante a obtenção do *substantial completion*. A amortização do direito de uso iniciará em 1º de janeiro de 2026. Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	36.220	—
Total	36.220	—

Circulante 121 —
Não circulante 36.099 —

	Valor líquido em 31/12/2024	Reconhecimento inicial em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento			
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	—	36.220	36.220
Total	—	36.220	36.220

15. Imobilizado: Conciliação do valor contábil:

	31/12/2023	Adições (a)	Cessão onerosa (b)	31/12/2024	Adições (a)	Cessão onerosa (b)	Juros capitalizados (d)	Baixa	2025
Imobilizado em construção	10.051	1.016.238	(46.220)	980.069	496.781	(44.498)	85.470	(21.453)	1.496.369
Custo de desmobilização (c)	—	—	—	—	21.987	—	—	—	21.987
Total do imobilizado	10.051	1.016.238	(46.220)	980.069	496.781	(44.498)	85.470	(21.453)	1.518.356

(a) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica; (b) Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo procedeu com cessão onerosa no montante de R\$ 44.498 (R\$ 46.220 em 31 de dezembro de 2024), inerente aos custos com construção de áreas comuns como subestação e redes de transmissão, para as Companhias abaixo:

	2025	2024
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE S.A.	7.483	7.703
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE S.A.	7.483	7.703
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A.	7.483	7.703
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE S.A.	7.483	7.703
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE S.A.	7.483	7.704
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE S.A.	7.483	7.704
Total	44.898	46.220

(c) Reconhecimento inicial do custo de desmobilização, conforme descrito na nota explicativa nº 18; e (d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, no contexto de seus investimentos em sociedades de propósito específico (SPEs) em fase de construção, capitalizou custos de empréstimos diretamente atribuíveis à formação de ativos qualificáveis, nos termos da CPC 20 - Custos de Empréstimos. No exercício de 2025, os custos de empréstimos capitalizados totalizaram R\$ 85.470, correspondentes aos juros incorridos sobre debêntures no montante de R\$ 94.387, líquidos das receitas financeiras no montante de R\$ 8.917, auferidas sobre a aplicação temporária dos recursos captados, em conformidade com o disposto no item 12 do CPC 20 - Custos de Empréstimos.

de Energia S.A.

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,23% a.a. **13. Despesas antecipadas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Seguros antecipados (a)	1.851	164	1.851	164
Total	1.851	164	1.851	164

(a) Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos. **14. Investimentos:**

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Resultado de equivalência patrimonial		2025
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<i>Investimentos em controladas</i>								
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	100%	198.608	7.880	7.880	7.880	198.608		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	100%	163.739	7.068	7.068	7.068	163.739		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	100%	161.866	6.658	6.658	6.658	161.866		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	100%	161.934	6.762	6.762	6.762	161.934		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	100%	164.288	7.425	7.425	7.425	164.288		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	100%	162.760	6.762	6.762	6.762	162.760		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	100%	163.848	6.209	6.209	6.209	163.848		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	100%	160.293	6.204	6.204	6.204	160.293		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	100%	162.612	6.313	6.313	6.313	162.612		
Total		1.499.948	61.281	61.281	61.281	1.499.948		

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Resultado de equivalência patrimonial		2024
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
<i>Investimentos em controladas</i>								
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	100%	165.913	3	3	3	165.913		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	100%	66.178	(34)	(34)	(34)	66.178		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	100%	66.330	—	—	—	66.330		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	100%	69.009	(33)	(33)	(33)	69.009		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	100%	72.457	(33)	(33)	(33)	72.457		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	100%	79.332	(28)	(28)	(28)	79.332		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	100%	82.603	(34)	(34)	(34)	82.603		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	100%	81.336	(33)	(33)	(33)	81.336		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	100%	82.915	(35)	(35)	(35)	82.915		
Total		766.073	(227)	(227)	(227)	766.073		

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas Demonstrações Financeiras, é como segue:

Composição do investimento	Part. %	31/12/2024	Aumento de capital		Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de lucros dos (ii)	Juros capitalizados	31/12/2025
			31/12/2024	31/12/2025				
<i>Investimentos em controladas</i>								
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	100%	165.913	17.189	7.880	(1.870)	9.496	198.608	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	100%	66.178	82.655	7.068	(1.658)	9.496	163.739	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	100%	66.330	80.946	6.658	(1.564)	9.496	161.866	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.</								



★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A.

	2025	2024
17. Debêntures:		
Saldo inicial	742.814	-
Debêntures tomados (principal)	-	875.000
Juros pagos	-	(2.969)
Correção monetária no período (i)	33.364	17.101
Pagamento de debêntures	-	(125.000)
Juros incorridos (i)	61.023	23.635
Custos incorridos no período	2.848	983
Custo de captação	(7.444)	(45.936)
Saldo em final	832.605	742.814
Curto prazo	108.531	-
Longo prazo	724.074	742.814

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, no contexto de seus investimentos em sociedades de propósito específico (SPEs) em fase de construção, capitalizou custos de empréstimos diretamente atribuíveis à formação de ativos qualificáveis, nos termos da CPC 20 - Custos de Empréstimos. Em 17 de maio 2024, a controlada Altas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. realizou a sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública, pelo rito de registro automático, no volume de R\$765.000, exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, com prazo de vencimento em 12 meses e remunerada a 100% da taxa DI, acrescido de sobretaxa de 2.20% ao ano. Do volume total, a Companhia realizou o desembolso apenas de R\$125.000, os quais foram integralmente repagos em agosto de 2024, com os recursos captados pela 1ª emissão de debêntures simples, as quais os detalhes constam abaixo. Em 28 de junho de 2024, a controlada Altas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, no volume total de R\$750.000, sendo R\$200.000 para a primeira série e R\$550.000 para a segunda série, exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. A primeira série possui vencimento em 12 anos, e a segunda série em 20 anos, ambas com carência de 2 anos. Ambas as séries são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Sobre o valor nominal unitário atualizado, a primeira série incide juros remuneratórios de 6.9708% ao ano, e a segunda série, 7,4150% ao ano. A Emissão foi caracterizada "Debêntures Verdes", conforme parecer emitido pela Sustainable Fitch. A segunda série também contou ranking AA(bra), emitido pela Fitch Ratings. Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item "b" a seguir. O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da debênture captada, os principais *covenants* são: • Cumprir rigorosamente a legislação ambiental; • Comprovar perante o agente fiduciário a correta aplicação dos recursos captados; e • Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia. **Garantias prestadas:** A emissão de debêntures tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., sendo que as fianças são aplicáveis somente a segunda série. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do agente fiduciário, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de financiamento. A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias: • Sub-rogação de garantias reais; • penhor de ações e quotas da Companhia e SPES, de titularidade dos sócios e da tomadora nas SPES, respectivamente; • penhor dos equipamentos de titularidade da Companhia; • cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto; • Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Luiz Carlos Comercializadora S.A.); • Compromisso limitado de aporte de capital na Companhia, pelos sócios; • Fiança bancária para diferença entre equity aportado e Aporte Total vigente até a comprovação do Aporte Total. **a. Termos e cronograma de amortização da dívida:** Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2025
2027	41.950
2028	44.700
2029	36.700
2030	34.700
2031 até 2044	566.024
	724.074

18. Provisão para desmobilização: De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as investidas da Companhia têm a obrigação de devolver os terrenos arrendados onde os parques encontram-se instalados nas condições originais anteriores a implementação das instalações. Em dezembro de 2025, as investidas da Companhia realizaram o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem das usinas fotovoltaicas e reconheceram como provisão para desmobilização o montante de R\$ 21.987, tendo em vista a obtenção do *substantial completion*, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término dos contratos de arrendamento, atualizando a valor presente por uma taxa definida em 9,96%. O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e será amortizado mensalmente, com início em 1º de janeiro de 2026, até o vencimento da outorga. A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2025
Saldo inicial	-
Reconhecimento inicial	21.987
Saldo final	21.987

19. Patrimônio líquido: a. Capital Social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 674.085 (R\$ 54.358 em 31 de dezembro de 2024), representado por 674.085 mil ações (5.435.793 mil cotas em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia subscreveu e integrou R\$ 619.727 (R\$ 37.593 em 31 de dezembro de 2024), mediante transferência bancária realizada pelas acionistas. **b. Reserva legal:** Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou o lucro líquido de R\$ 63.045 (prejuízo de R\$ 23.177 em 2024). Em função disso, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 1.984 (R\$ 0 em 2024). **c. Dividendos:** Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou a título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 9.424 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrativo abaixo:

	2025
Lucro líquido do exercício	63.045
Compensação de prejuízos acumulados	(23.364)
Base de cálculo - Reserva Legal	39.681
Reserva legal - 5%	1.984
Base de cálculo - Dividendos mínimos	37.697
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	9.424

d. Reserva de retenção de lucros: É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$ 28.273 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). O saldo de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 28.273 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023). **20. Receita operacional líquida:** O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Receita contrato de energia (CCEE)	2.156	27.238
Receita contrato de energia (ACL)	131.992	192.897
Receita contrato de energia swap	2.306	4.290
Impostos sobre venda	131.454	224.422
Total	(12.623)	(15.833)
Durante o exercício o Grupo gerou 117.801 MWh (0 MWh em 31 de dezembro de 2024).	123.831	208.592

21. Custos de operação:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica		
Compra de energia para revenda (a)	(123.093)	(133.414)
Compra energia CCEE	(4.688)	(6.335)
Custo de transmissão (b)	-	(5.521)
Custo energia swap	(2.010)	(3.460)
Operação e manutenção	-	(1.303)
Serviços Técnicos	-	(132)
Seguros	-	(609)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (c)	11.572	11.572
Total	(118.219)	(139.202)

(a) Refere-se a compra de energia de não partes relacionadas para cumprimento do contrato. (b) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão. (c) Refere-se a custos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Despesas gerais e administrativas		
Contabilidade e auditoria	(69)	(65)
Assessoria e advogados	(133)	(15)
Taxas (a)	(457)	(458)
Outras despesas	-	(156)
Outros	(164)	(577)
Total	(823)	(813)

(a) Refere-se a PIS e COFINS sobre receitas financeiras:

23. Receitas financeiras e despesas financeiras:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (i)	8.919	12.568
Variação cambial	-	2
Receitas com derivativos	-	7.253
Total	8.919	10.198
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(157)	(166)
Resultado com derivativos	13	-
Carta de crédito	-	-
Perdas com derivativos	-	(74)
Juros e correção monetária sobre debêntures (i)	(8.917)	(40.736)
Variação cambial	-	(1)
Juros e multas	(1)	(33)
Variação cambial passiva	(2)	(2)
Custos de capitação incorridos	(2.848)	(983)
Total	(11.912)	(41.960)

Resultado financeiro líquido
(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, no contexto de seus investimentos em sociedades de propósito específico (SPES) em fase de construção, capitalizou custos de empréstimos diretamente atribuíveis à formação de ativos qualificáveis, nos termos da CPC 20 - Custos de Empréstimos. No período, os custos de empréstimos capitalizados totalizaram R\$ 85.470, correspondentes aos juros incorridos sobre debêntures no montante de R\$ 94.387, líquidos das receitas financeiras no montante de R\$ 8.917, auferidas sobre a aplicação temporária dos recursos captados, em conformidade com o disposto no item 12 do CPC 20 - Custos de Empréstimos. **24. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2025 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 2.158 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue: **a. Valores reconhecidos no resultado do exercício - controladora:**

	2025	2024
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	63.449	(23.177)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	2	(17)
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(61.281)	229
Juros de Selic sobre créditos tributários	(371)	-
Total	1.799	(22.965)

Compensação de 30% dos Prejuízos acumulados
Base de cálculo
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social
Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	404	-
A Companhia em 31 de dezembro de 2025 possui um saldo de R\$ 8.499 relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro. A Companhia não tem expectativa de geração de lucro tributável, consequentemente não reconhece ativo fiscal diferido. b. Valores reconhecidos no resultado do exercício - controladas:		
Apuração pelo lucro presumido	2025	2024
Receita bruta	87.971	7.038
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	10.557	1.496
Presunção da contribuição social - 12% (b)	1.496	8.534
Demais receitas - (a)	(1.280)	(663)
Base de cálculo do IRPJ (a)	(663)	(1.943)
Imposto de renda a alíquota de 15%	12.053	12.053
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(1.084)	(1.084)
Total IRPJ	(3.027)	(3.027)
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	34%	34%
Contribuição social a alíquota de 9%	404	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	404	-
Alíquota efetiva (*)	34%	34%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida s demais receitas (d). **25 Partes relacionadas: a. Controladora e controladora final:** A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. **b. Operações com pessoal-chave da Administração:** A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos a títulos de salários e bônus o montante de R\$ 3.617 (R\$ 3.603 em 31 de dezembro de 2024) pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A. e compreende todas as empresas do Grupo Atlas. **c. Operações com partes relacionadas:**

	Controladora	Controladora
	Valores a receber	Valores a pagar
	31/12/2025	31/12/2024
(i) Dividendos		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	1.870	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	1.658	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	1.565	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	1.588	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	1.745	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	1.589	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	1.456	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	1.455	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	1.482	-
Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A.	-	8.482
Votorantim Cimentos S.A.	-	942
Total	14.407	9.424
	31/12/2025	31/12/2024

	Controladora	Controladora
	Valores a receber	Valores a pagar
	31/12/2025	31/12/2024
(ii) Reembolso de custos compartilhados (i)		
Central Fotovoltaica Boa Sorte 9 SPE S.A.	309	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 10 SPE S.A.	309	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 11 SPE S.A.	309	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 12 SPE S.A.	309	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 13 SPE S.A.	309	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 14 SPE S.A.	309	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 15 SPE S.A.	309	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 16 SPE S.A.	309	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 17 SPE S.A.	309	-
Total	2.781	-
Consolidado Valores a receber	31/12/2025	31/12/2024
	372	-
	372	-
	372	-
	372	-
	372	-
	372	-
	2.232	-
Consolidado Valores a Pagar	31/12/2025	31/12/2024
	8.482	-
	942	-
Total	9.424	-

(i) Refere-se a dividendos a receber e a pagar: (ii) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas. As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são: - Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação; - Despesas legais e advocatícias e seguros. **26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a. Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora	Controladora
	2025 - Valor contábil	2024 - Valor contábil
	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.332
Dividendos a receber	25.c	-
Contas a receber	9	46.536
Total	21.332	65.728
Passivos		
Fornecedores	16	45.367
Debêntures	17	832.605
Dividendos a pagar	19.c	9.424
Outras contas a pagar	16	1.726
Total	889.121	743.057
	Consolidado	Consolidado
	2025 - Valor contábil	2024 - Valor contábil
	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	8	21.482
Contas a receber partes relacionadas	9	71.694
Total	21.482	99.278
Passivos		
Fornecedores e outras contas a pagar	16	45.367
Debêntures	17	832.605
Dividendos a pagar	19.c	9.424
Outras contas a pagar	16	1.726
Total	889.121	743.057

	Controladora	Consolidado
	2025 - Valor contábil	2024 - Valor contábil
	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado
Fornecedores	16	45.367
Debêntures	17	832.605
Passivo de Arrendamento	12	36.220
Dividendos a pagar	19.c	9.424
Outras contas a pagar	16	1.726
Total	952.218	961.217
	Consolidado	Consolidado
	2025 - Valor contábil	2024 - Valor contábil
	Valor justo	Valor justo
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	26.117
Contas a receber	Nível 2	46.536
Dividendos a receber	Nível 2	14.407
Total	87.060	87.060
Passivos		
Fornecedores	Nível 2	45.367
Debêntures	Nível 2	832.605
Dividendos a pagar	Nível 2	9.424
Outras contas a pagar	Nível 2	1.726
Total	889.121	889.121

	Controladora	Consolidado
	2025 - Valor contábil	2024 - Valor contábil
	Valor justo	Valor justo
Fornecedores e outras contas a pagar	16	45.367
Debêntures	17	832.605
Passivo de Arrendamento	12	36.220
Dividendos a pagar	19.c	9.424
Outras contas a pagar	16	1.726
Total	952.218	961.217
	Consolidado	Consolidado
	2025 - Valor contábil	2024 - Valor contábil
	Valor justo	Valor justo
		



★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. julgamento do processo administrativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas investidas não possuíam contingências passivas com avaliação de risco de perda classificada como provável, conforme avaliação de seus assessores jurídicos. 28. Informações complementares aos fluxos de caixa: Transações que não envolvem caixa:

Table with 5 columns: Nota, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Fornecedores partes relacionadas, Fornecedores, Imobilizado, and Integralização de capital social.

29. Compromissos futuros: A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

Luiz Maia Gutierrez Ballester - Diretor - CPF: 832.797.505-63
Julio Roberto Baruchi - Contador - CRC: 1SP206243/0-5 - CPF: 008.175.478-78

Aos Acionistas da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de Receita de Venda de Energia Elétrica: Veja as notas 06 e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Principal assunto de auditoria: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram Receita de Venda de Energia Elétrica no montante de R\$123.831 mil na controladora e R\$208.592 mil no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As receitas da Companhia e suas controladas são oriundas principalmente de comercialização e fornecimento de energia elétrica aos consumidores livres. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem que haja o cumprimento da obrigação de desempenho. Como auditoria endereçou

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas no reconhecimento das receitas de venda de energia elétrica; • Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos à Receita de venda de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia comercializado, bem como o período de suprimento. Conferimos os procedimentos e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pela Companhia. • Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de venda de energia elétrica. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de venda de energia, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituiu o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



São Paulo, 31 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP014428/0-6

Daniel A. da S. Fukumori Contador - CRC 1SP245014/0-2

Edital de Leilão nº 005/2026/PF Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD Leilão nº 005/2026 - Pol. Federal - Contrato 23/2024/MG - Veículos - O Leiloeiro Público Oficial, Lucas Rafael Antunes Moreira, JUCEMG 637, torna público que levará a leilão na modalidade eletrônico, em 27/05/2026, a partir das 11:00 horas, através da plataforma www.mgl.com.br, veículos com perdimento para a UNIÃO/SENAD. Informações, fotos e edital no site: www.mgl.com.br ou pelo Telefone: 0800 242 2218.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG AVISO DE LICITAÇÃO O município de Itabira torna público que fará realizar PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 013/2026, PROCESSO 023/2026, cujo objeto consiste no Registro de preços, por item, para eventual aquisição de Material de limpeza e Copo Descartável para atender as necessidades de diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital, com vigência de 12 meses. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 12/05/2026 às 13:00 horas e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia 12/05/2026 às 13:30 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site https://licitar.digital/, no https://www.itabira.mg.gov.br/ (Menu: Licitação - Editais de Aquisição), e-mail: smacompras@gmail.com, ou na Prefeitura, Avenida Carlos de Paula Andrade, nº 135 - Bairro: Centro - Itabira/MG - Telefone (31) 3839-2336 - 3839-2163, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8 às 18 horas, a partir do dia 29/04/2026. ID LICITAR 97005. Itabira, 28 de abril de 2026. João Victor Sampaio Brandão Secretário Municipal de Administração e Governança

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO ALTO PARANAÍBA - CISALP RETIFICAÇÃO Nº 009. CONSOLIDADO EM 27/04/2026. PROCESSO LICITATÓRIO 001/2025. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 001/2025. O objeto da presente licitação é o Chamamento Público, objetivando promover o credenciamento, para viabilizar a prestação de serviços especializados em saúde, a fim de subsidiar as necessidades dos municípios consorciados ao CISALP e Clínicas de Especializadas geridas pelo Consórcio. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba - CISALP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 02.319.394/0001-70, com sede administrativa na cidade de Lagoa Formosa - MG, na Rua Coronel Cristiano, nº 12, bairro Santa Cruz, torna público, para o conhecimento dos interessados, a seguinte retificação: • Reajuste de Itens: Os itens de códigos 8269, 6713, 4852, 6778, 8434, 8435 e 8301 tiveram seus quantitativos atualizados, de acordo com a demanda das municipalidades consorciadas; • Identificação Visual: Todas as modificações estão devidamente destacadas em verde. • Abertura de Prazos: A documentação para o credenciamento poderá ser apresentada a partir desta data. Os demais termos do edital permanecem inalterados RAFAEL FERREIRA SILVA - Presidente do CISALP RETIFICAÇÃO Nº 003. CONSOLIDADO EM 27/04/2026. PROCESSO LICITATÓRIO 005/2025. INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 002/2025. O objeto da presente licitação é o Chamamento Público, objetivando Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços, ambulatoriais e hospitalares, de saúde preventiva e curativa, em atendimentos ofertados através de serviços diversificados de consultas, exames, procedimentos e cirurgias em atendimento a demanda do CISALP e dos municípios que compõem este Consórcio. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba - CISALP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 02.319.394/0001-70, com sede administrativa na cidade de Lagoa Formosa - MG, na Rua Coronel Cristiano, nº 12, bairro Santa Cruz, torna público, para o conhecimento dos interessados, a seguinte retificação: • Reajuste de Itens: Os itens de códigos 2321, 2092 e 2140; tiveram seus quantitativos atualizados, de acordo com a demanda das municipalidades consorciadas; • Identificação Visual: Todas as modificações estão devidamente destacadas em verde. • Abertura de Prazos: A documentação para o credenciamento poderá ser apresentada a partir desta data. Os demais termos do edital permanecem inalterados RAFAEL FERREIRA SILVA - Presidente do CISALP

Morro do Pilar Minerais S.A. CNPJ nº 12.057.510/0001-84 As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A Administração da Morro do Pilar Minerais S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores os documentos relativos às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais) Balanços Patrimoniais Ativo Nota 2025 2024 Passivo Nota 2025 2024 Demonstração de Resultados 2025 2024 Despesas operacionais Com pessoal (799) (745) Serviços prestados (30) (29) Gerais e administrativas (147) (212) Depreciação e amortização (178) (181) Tributárias (13) (17) Provisões operacionais 985 (662) Resultado operacional antes do resultado financeiro (182) (1.846) Resultado financeiro Receitas financeiras - 3 Despesas financeiras (651) (741) (651) (738) Prejuízo do exercício (833) (2.584) Demonstração de Resultados Abrangentes 2025 2024 Prejuízo do exercício (833) (2.584) Resultado abrangente do exercício (833) (2.584) Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido Capital Social Prejuízos Total Em 31/12/2023 287.801 (27.979) 259.822 Prejuízo do exercício - (2.584) (2.584) Em 31/12/2024 287.801 (30.563) 257.238 Aumento de capital 3.491 - 3.491 Prejuízo do exercício - (833) (833) Em 31/12/2025 291.282 (31.396) 259.886 Demonstração dos Fluxos de Caixa 2025 2024 Fluxos de caixa das atividades operacionais (833) (2.584) Prejuízo do exercício (833) (2.584) Depreciação e amortização 178 181 Juros com partes relacionadas 303 372 Variações nos passivos Fornecedores 38 (1) Salário e encargos sociais (185) 163 IRPJ, contribuições e outros impostos a recuperar - (5) Adiantamentos a fornecedores (11) - IRPJ, contribuições e outros impostos a recolher 626 147 Outras contas a pagar (59) 4 Provisões (985) 662 Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades operacionais (928) (1.061) Fluxos de caixa das atividades investimentos Aquisição de Intangível (4.526) (4.291) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos AFAC - - Partes relacionadas líquidas 5.178 7.680 Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades financiamentos 5.178 7.680 Aumento no caixa e equivalentes de caixa (276) 2.328 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 3.871 1.543 Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 3.595 3.871 Antonio Frias Oliva Neto - Diretor Bruno Júnio Dornelas da Rocha Gomes Contador - CRC MG 106836/0-8



MINEIRO

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ 13.012.956/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Relatório da Administração

OPERAÇÃO

Em 2025, o Mineirão reforçou seu potencial multiuso, tendo as partidas de futebol como prioridade e mantendo-se como principal plataforma de entretenimento do Estado de Minas Gerais. No esporte, o estádio recebeu jogos internacionais da Conmebol Sul-Americana, nacionais de Campeonato Brasileiro e Copa do Brasil e regionais do Campeonato Mineiro.

Foram 42 (quarenta e duas) partidas profissionais, sendo 30 (trinta) do Cruzeiro Esporte Clube, 11 (onze) do Clube Atlético Mineiro e 1 (uma) da América Futebol Clube, na decisão do Campeonato Mineiro, que deu à instituição a maior renda de sua centenária história – R\$ 4,4 milhões. Vale ressaltar que o Atlético jogou no Mineirão entre janeiro e abril devido à troca do gramado em seu estádio.

Dois das 42 partidas foram realizadas sem a presença de público, devido a punições dos clubes. As 40 partidas com torcedores resultaram numa presença total de 1.484.506 pessoas, média de 37.112 por jogo, e uma arrecadação de R\$ 84.049.756,14. Como curiosidade, foram consumidos ao longo do ano mais de 120 (cento e vinte mil) tropeiros.

No quesito títulos, o Atlético conquistou o hexacampeonato mineiro, em final realizada no Mineirão. O Cruzeiro, que tem o estádio como casa, foi semifinalista da Copa do Brasil e terceiro colocado no Campeonato Brasileiro. A partida entre Cruzeiro e Atlético, pela Copa do Brasil, com torcida única cruzineira, teve um público de 61.584 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e quatro) torcedores, tornando-se o novo recorde do Mineirão após a reforma.

O ano marcou também a implementação do sistema de acesso dos torcedores por biometria facial. A tecnologia, desenvolvida pelo próprio estádio, através de seu departamento de inovação, foi utilizada em 15 jogos da temporada, a partir de julho, com o cadastro facial de mais de 400 mil torcedores, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Nos eventos culturais, o Mineirão provou mais uma vez sua versatilidade, conciliando sua agenda esportiva com 18 (dezoito) eventos de grande porte. Foram 13 (treze) shows, sendo 7 (sete) no gramado e 8 (oito) na esplanada. Entre os eventos internos, destacam-se os turnês de Gustavo Lima – Embaixador Classic, Henrique e Juliano, Sorriso – As Antigas, Tardozinha, do cantor Thiaguinho, Gilberto Gil – Tempo Rei e a americana Imagine Dragons, todos com público superior a 30 mil.

Depois de um hiato de dez anos, o Mineirão voltou a receber a Torcida de Deus, celebração católica da Festa de Corpus Christi. Considerando eventos corporativos, feiras e demais atividades, o estádio recebeu 129 (cento e vinte nove) eventos em 2025. O público total foi de 453.996 (quatrocentas e cinquenta e três mil, novecentas e noventa e seis) pessoas.

O ano de 2025 ficará marcado ainda pela celebração dos 60 anos do Mineirão. Foram realizados vários eventos especiais para festejar a data, com destaque para o Desafio Gigante, partida amistosa entre os times e Ronaldinho Gaúcho e Alex, a Corrida Mineirão 60 anos, com 3 (três) mil atletas, e o lançamento do mascote Giga, a personagem capivara que passa a fazer parte do dia a dia do estádio.

Ao longo do ano, o Mineirão também manteve a programação de suas atrações fixas no Museu Brasileiro

do Futebol (MBF) e no Tour Bastiões, que superou 41 (quarenta e um) mil visitantes, e Feirão de Carros, realizado em 46 (quarenta e seis) fins de semana do ano, que contou com um público de quase 27 (vinte e sete) mil pessoas. A esplanada, aberta diariamente das 7h às 22h, também se fortaleceu como espaço público de recreação e saúde para a comunidade.

O Mineirão também se estabeleceu em 2024 como plataforma de marcas, dos mais variados seguimentos. Mais de 30 empresas se associaram ao estádio, com destaque para a comercialização de dois setores rights, os primeiros da história do estádio. A cooperativa de crédito Sicob assumiu os setores Vermelho Superior e Inferior e, a proteção veicular APVS Brasil, o Tribuna (Roxo Inferior).

O Mineirão também ainda em projetos voltados para a comunidade, para a inclusão e contra a violência de gênero. A novidade da temporada foi a criação do Espaço de Acolhimento à Mulher, local seguro para dar assistência e orientar vítimas em dias de jogos. Já a campanha #ElaNãojogaSozinha espalhou orientações nos banheiros femininos para denúncias.

As ações institucionais incluem ainda a realização do 3º Seminário de Combate à LGBTQIA+fobia, do 2º Congresso Nacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do 4º Tropeiro do Brasil, que destinou parte da renda com o Tropeiro para o tratamento de mulheres com câncer de mama. O segundo ano do Camarote TEA, voltado para pessoas com transtorno do espectro autistas, recebeu 209 pessoas. Já a comunicação do telão passou a ter tradução simultânea em libras para torcedores surdos.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.576	8.401
Ativo financeiro de concessão	5	45.980	47.384
Contas a receber de clientes	6	13.362	10.265
Estoques	-	1.675	1.436
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.421	3.522
Adiantamentos a fornecedores	-	221	737
Títulos e valores mobiliários	-	25	25
Outros ativos	-	433	459
Total do ativo circulante		77.694	72.229

Ativo não circulante			
Ativo financeiro de concessão	5	338.420	347.748
Contas a receber de clientes	6	27.674	95.810
Partes relacionadas	15	58	17
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.065	970
Depósitos judiciais	16	55	127
Outros ativos	-	161	214
Imobilizado	8	830	602
Intangível	9	29.444	29.198
Total do ativo não circulante		397.707	474.686

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	5.997	4.545
Empréstimos e financiamentos	11	13.035	13.024
Obrigações e encargos trabalhistas	-	2.701	2.447
Impostos e contribuições a recolher	-	2.396	4.044
Adiantamento de clientes	18	318	57
Receitas diferidas	12	31.473	7.686
Parcelamento de impostos	13	131	117
Outros passivos	-	382	255
Total do passivo circulante		56.413	32.185

Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	38.024	50.699
Tributos diferidos	14	6.780	30.815
Partes relacionadas	15	17.000	-
Adiantamento de clientes	18	5.962	6.804
Provisão para riscos	16	245	303
Receitas diferidas	12	3.933	9.853
Parcelamento de impostos	13	974	984
Outros passivos	-	2.589	2.545
Total do passivo não circulante		75.507	102.003
Patrimônio líquido	17		
Capital social		166.405	246.405
Reserva legal		19.700	18.062
Reserva de subvenção		157.376	148.260
Total do patrimônio líquido		343.481	412.727
Total do passivo e patrimônio líquido		475.401	546.915

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações de patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		246.405	15.777	146.847	-	409.029
Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.698	45.698
Constituição da reserva legal	17.b	-	2.285	-	(2.285)	-
Transferência para reserva de subvenção	17.c	-	-	43.413	(43.413)	-
Distribuição de dividendos	17.d	-	-	(42.000)	-	(42.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		246.405	18.062	148.260	-	412.727
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.754	32.754
Redução de capital social	17.a	(80.000)	-	-	-	(80.000)
Constituição da reserva legal	17.b	-	1.638	-	(1.638)	-
Transferência para reserva de subvenção	17.c	-	-	31.116	(31.116)	-
Distribuição de dividendos	17.d	-	-	(22.000)	-	(22.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		166.405	19.700	157.376	-	343.481

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	19	97.392	98.848
Custos dos serviços prestados	20	(27.341)	(24.222)
Lucro bruto		70.051	74.626
Recargas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(20.408)	(23.651)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	(7.048)	137
		(27.456)	(23.514)
Lucro operacional		42.595	51.112
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	6.865	11.725
Despesas financeiras	22	(13.445)	(9.188)
		(6.580)	2.537
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		36.015	53.649
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	6.002	450
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(10.063)	(8.401)
Lucro líquido do exercício		32.754	45.698
Quantidade de ações (em milhares)	-	8.214	8.214
Lucro básico e diluído por ação		3.99	5.56

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro líquido do exercício	32.754	45.698	
Resultados abrangentes do exercício	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	32.754	45.698	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	36.015	53.649	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	
Ajustes para conciliar o resultado	2.461	2.466	
Depreciação e amortização	9.128	8.891	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(33.218)	(41.886)	
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	7.048	(1.179)	
Tributos diferidos	(2.834)	(1.413)	
Receitas diferidas	(22)	1.245	
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	(485)	(50)	
Provisão para despesas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	458	156	
Variações nos ativos e passivos operacionais	43.950	37.919	
Ativo financeiro de concessão	86.225	4.050	
Contas a receber de clientes	515	(35)	
Adiantamentos a fornecedores	6	(401)	
Impostos e contribuições a recuperar	(239)	(287)	
Estoques	151	733	
Outros ativos	1.452	13	
Fornecedores	254	425	
Obrigações e encargos trabalhistas	(35.992)	(6.152)	
Impostos e contribuições a recolher	(581)	3.862	
Adiantamento de clientes	(516)	(209)	
Outros passivos	141	533	
Caixa gerado pelas operações	113.917	63.300	
Juros pagos	(8.951)	(8.882)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	104.966	54.418	

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	36.015	53.649	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	
Ajustes para conciliar o resultado	2.461	2.466	
Depreciação e amortização	9.128	8.891	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(33.218)	(41.886)	
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	7.048	(1.179)	
Tributos diferidos	(2.834)	(1.413)	
Receitas diferidas	(22)	1.245	
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	(485)	(50)	
Provisão para despesas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	458	156	
Variações nos ativos e passivos operacionais	43.950	37.919	
Ativo financeiro de concessão	86.225	4.050	
Contas a receber de clientes	515	(35)	
Adiantamentos a fornecedores	6	(401)	
Impostos e contribuições a recuperar	(239)	(287)	
Estoques	151	733	
Outros ativos	1.452	13	
Fornecedores	254	425	
Obrigações e encargos trabalhistas	(35.992)	(6.152)	
Impostos e contribuições a recolher	(581)	3.862	
Adiantamento de clientes	(516)	(209)	
Outros passivos	141	533	
Caixa gerado pelas operações	113.917	63.300	
Juros pagos	(8.951)	(8.882)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	104.966	54.418	

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	36.015	53.649	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	
Ajustes para conciliar o resultado	2.461	2.466	
Depreciação e amortização	9.128	8.891	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(33.218)	(41.886)	
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	7.048	(1.179)	
Tributos diferidos	(2.834)	(1.413)	
Receitas diferidas	(22)	1.245	
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	(485)	(50)	
Provisão para despesas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	458	156	
Variações nos ativos e passivos operacionais	43.950	37.919	
Ativo financeiro de concessão	86.225	4.050	
Contas a receber de clientes	515	(35)	
Adiantamentos a fornecedores	6	(401)	
Impostos e contribuições a recuperar	(239)	(287)	
Estoques	151	733	
Outros ativos	1.452	13	
Fornecedores	254	425	
Obrigações e encargos trabalhistas	(35.992)	(6.152)	
Impostos e contribuições a recolher	(581)	3.862	
Adiantamento de clientes	(516)	(209)	
Outros passivos	141	533	
Caixa gerado pelas operações	113.917	63.300	
Juros pagos	(8.951)	(8.882)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	104.966	54.418	

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	36.015	53.649	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	
Ajustes para conciliar o resultado	2.461	2.466	
Depreciação e amortização	9.128	8.891	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(33.218)	(41.886)	
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	7.048	(1.179)	
Tributos diferidos	(2.834)	(1.413)	
Receitas diferidas	(22)	1.245	
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	(485)	(50)	
Provisão para despesas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	458	156	
Variações nos ativos e passivos operacionais	43.950	37.919	
Ativo financeiro de concessão	86.225	4.050	
Contas a receber de clientes	515	(35)	
Adiantamentos a fornecedores	6	(401)	
Impostos e contribuições a recuperar	(239)	(287)	
Estoques	151	733	
Outros ativos	1.452	13	
Fornecedores	254	425	
Obrigações e encargos trabalhistas	(35.992)	(6.152)	
Impostos e contribuições a recol			



Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas. A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo. Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Caixa e bancos, Aplicações financeiras, Total.

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários possuem rendimentos atrelados à taxa de 99,00%, em Letras Financeiras possuem rendimentos atrelados à taxa de 102%, em Compromissadas com Lastro de Terceiros possuem rendimentos atrelados à taxa de 94% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (em 2024 - 100%). Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

5. Ativo financeiro de concessão:

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica LPC 01 "Contratos de Concessão" e da Orientação Técnica OCP 05 "Contratos de Concessão" (IFRIC 12) e pronunciamento técnico CPC 48 "Instrumentos Financeiros".

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Circulante, Ativo financeiro a faturar, Ativo financeiro faturado, Total.

6. Contas a receber de clientes

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Contas a receber de clientes faturados, Contas a receber de clientes a faturar, Total.

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 300 parcelas complementares mensais (Pb). As parcelas estão registradas a valor justo com base na seguinte taxa de desconto: 8,99% a.a. (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão. Movimentação do ativo financeiro de concessão

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldo inicial, Receita financeira do ativo financeiro, Recebimentos, Investimento biometria facial, Saldo final.

7. Impostos e contribuições a recuperar

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a Recuperar (Cofins), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Outros impostos e contribuições, Total.

8. Imobilizado

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2023, Adições, Baixas, 31/12/2024. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Table with 5 columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2024, Adições, Baixas, 31/12/2025. Rows include Custo, Equipamentos em geral, Móveis e utensílios, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outras, Total.

Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por Direito de recebimen-

mento da integralidade da receita proveniente do Contrato de PPP; Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP; e Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária. Escalonamento dos empréstimos e financiamentos: Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include 2026, 2027, 2028 e acima, Total.

Cláusulas restritivas: O contrato prevê que a distribuição de quaisquer recursos aos seus acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, ocorrerá com anuidade tácita do credor caso o índice for inferior 1,30, se o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) seja igual ou superior a 1,30 considera anuidade tácita do credor. A Companhia realizou distribuição de dividendos durante o ano de 2025, com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O ICSD calculado para o exercício foi de: 31 de dezembro de 2024: 4,63; e 31 de dezembro de 2025: 2,96. Movimentação:

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2025, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2025, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2024, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2025. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

Table with 5 columns: Item, Saldo 31/12/2023, Amortização, Juros provisionados, Saldo 31/12/2024. Rows include Empréstimos, Banco Itaú, Juros Itaú, Total geral.

mento da integralidade da receita proveniente do Contrato de PPP; Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP; e Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Capital autorizado: A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão. O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 166.405 e (2024 - R\$ 246.405) apresentado pelo valor nominal de R\$ 30.000 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2025 e 2024, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

Table with 3 columns: Item, Quantidade de ações (em milhares), R\$. Rows include Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A., Egesa Engenharia S.A., Hap Engenharia Ltda., Total.

Redução de Capital: Em 12 de agosto de 2025 foi aprovada a redução do capital social da Concessionária o total de R\$ 80.000, sem alteração no número de ações. Foram obtidas todas as anuidades e autorizações necessárias junto aos entes e instituições competentes para fins de eficácia da redução de capital. Verificou-se o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de agosto de 2025, no Jornal Hoje em Dia; e em 23 de agosto de 2025, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, sem qualquer oposição de credores quirografários, conforme disposto no artigo 174 da Lei no 6.404/1976, sem alteração no número de ações.

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c) Reserva de subvenção: A Reserva de Subvenção é formada pelo valor reconhecido como ressarcimento de construção pago pelo Poder Concedente à Concessionária em função da reforma e ampliação do Complexo do Mineirão. Este ressarcimento é composto por 100% da Parcela Pecuniária PA e 40% da Parcela Pecuniária PB. A Reserva de Subvenção é constituída a partir do Resultado do exercício, depois da retenção da Reserva Legal, estando limitada ao valor total do ressarcimento de construção já recebido, o qual ainda não foi atingido até a data-base de 31 de dezembro de 2025.

d) Dividendos: Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Lucro líquido do exercício, Constituição da reserva legal, Transferência para reserva de subvenção, Base de cálculo para os dividendos mínimos.

Adicionalmente a Companhia aprovou em 2025 a distribuição de R\$22.000 de dividendos com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os pagamentos ocorreram em abril, junho e agosto de 2025. Todo saldo utilizado da reserva de subvenção foi oferecido a tributação conforme Lei no 12.973, de 2014. A conciliação dos dividendos a pagar está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Distribuição de dividendos agendados efetuados, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Distribuição de dividendos efetuada, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

18. Adiantamento de clientes: Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2025 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receita de operação (a), Atualização do ativo financeiro (b), Impostos e contribuições (c), Total.

(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio; (b) Refere-se à atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro; (c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Serviços (ISS). A companhia aderiu ao PERSE (Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos) Lei no 14.149/2017, objetivo de minimizar os efeitos decorrentes das medidas de combate a pandemia da covid-19 sobre os setores de eventos e turismo, findando o a utilização do benefício em agosto de 2024.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Receita líquida, Receita de operação (a), Atualização do ativo financeiro (b), Impostos e contribuições (c), Total.

20. Custos e despesas por natureza

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Pessoal, Serviços públicos, Despesa com manutenção, Serviços de terceiros, Materiais, Depreciação e amortização, Propaganda e publicidade, Outros, Total.

Custos dos serviços prestados, Despesas gerais e administrativas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Energia mercado livre, Reembolso de danos estruturais, Multa contratual, Pleito Estado Minas Gerais (*), Gestão de vendas Mineirão, Indenizações recebidas, Outras receitas, Total.



24.3. Estimativa de valor justo:
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

DIRETORIA EXECUTIVA	CONTADORA
André Luis Santana Moraes Jacqueline Alves	Tatiana Michele da Silva CRC/MG 113710/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A.
Belo Horizonte – MG.

Opinião:
Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião:
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de março de 2026.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Daniel Menezes Vieira
CRC MG-008.957/F-8 Contador CRC 1MG-078.081/O-1 (pág. 3/3)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 04/2026 - A Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados, realizará no dia 08/07/2026 às 14:00 horas, o processo licitatório n.º 031/2026, na modalidade Concorrência Eletrônica. Critério Julgamento: Melhor técnica/Maior pontuação - Modo de Disputa: Aberto. Objeto: Doação com encargos e cláusula de reversão de bens imóveis de propriedade do município de Abadia dos Dourados/MG, conforme Lei 1.888/2023, de 13 de junho de 2023 e Termo de Referência. Site para realização da Concorrência: www.licitanet.com.br. Informações: Setor Licitações, situada a Rua Dr. Cali Porto, 380, centro - Fone 34 3847-1663 e site: www.abadiadosdourados.mg.gov.br. William Dorneles Resende - Agente de Contratação, Ciro Luiz da Silva Junior - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG
Inexigibilidade 12/2026 - Credenciamento 02/2026 - ProC. 35/26.
Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de hospedagem em apartamento individual, devidamente mobiliado, equipado com ventilador, aparelho de televisão, acesso à internet e banheiro privativo, em condições adequadas de conforto, higiene e segurança, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais. Início do Credenciamento 29/04/2026, 10:00h. licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br, https://www.bonitodeminas.mg.gov.br. Thayná Pimenta de Oliveira, Presidente da Comissão de Contratação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.
O Síndico do Condomínio do Ed. Jardim das Hortênsias – CNPJ: 01.943.222/0001-00, convoca todos os condôminos, para participarem dia 07 de maio de 2026, da AGE (ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA) a realizar no Salão de Festas do Condomínio, localizado à Rua Francisco Bicalho, 1.157 - Bairro Teatrinho, Cidade de Belo Horizonte, MG, às 19h30min em 1ª chamada e às 20h00min em 2ª e última chamada com qualquer número de condôminos presentes conforme convenção do condomínio, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: 1) Abertura de sinistro devido a reclamação de infiltração na loja da Av. Pedro II; 2) Apresentação/aprovação, forma de pagamento para revisão e troca parcial de telhas do telhado da garagem; 3) Apresentação/aprovação e forma de pagamento, para serviço de adequação da rede pluvial da garagem; 4) Outros assuntos de interesse comum. Belo Horizonte, 29 de abril de 2026.

EDITAL DE 1ª e 2ª LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE
SATO E PRESENCIAL - Local do Leilão - Travessa Comandante Salgado, 75, Fundação – São Caetano do Sul/SP e online no site www.satoleiloes.com.br. TATIANA HISA SATO, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp nº 817, autorizada por GERO IMÓVEIS LTDA – CNPJ nº 07.375.902/0001-51 e FLECHE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ nº 09.074.306/0001-67, venderá em 1ª e 2ª Leilão Público Extrajudicial – art.26, 27 e § da Lei Fed. nº 9.514/97 e suas alterações, o IMÓVEL: Lote de terreno nº 300, da quadra 037, zona 045, sub lote 000, com a área de 300,00m², situado na no bairro Fabio Nolini, nesta cidade, com as seguintes medidas e confrontações: pela frente com a Rua Três, medindo 12,00m², de fundos com o lote 86, medindo 12,00m², pelo lado esquerdo com o lote 288, medindo 25,00m², e pelo lado direito com o lote 37, medindo 25,00m². Ocup. Matrícula nº 652 – 2º Registro de Imóveis de Divinópolis/MG. 1º LEILÃO 18/05/2026 às 10:30 - VALOR: R\$ 242.379,77. 2º LEILÃO 19/05/2026 às 10:30 - VALOR: R\$ 294.489,05. Encargos do arrematante: pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; emissão de matrícula, certidões (inclusive das Credoras) para lavratura e registro da escritura; ITBI e despesas com escritura/registro; despesas a partir da data da arrematação; desocupação do imóvel. Venda ad corpus. Consolidação da Propriedade em 23/03/2026. Os Fidejuciantes – RAFAEL DE SOUZA GRECO – CPF 074.602.336-76 – comunicadas das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital completo, disponível no portal da Sato Leilões - www.satoleiloes.com.br | (11) 4223-4343. Desta forma, ficam os devedores fiduciários intimados por meio deste edital público, sem prejuízo das intimações pessoais negativas ou positivas.

DMAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
DE POÇOS DE CALDAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2026 - PROCESSO N.º 042/2026
O DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas/MG, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que fará realizar no dia 14 de maio de 2026, às 13:00 horas por meio da INTERNET, através do site www.ammlicita.org.br, a abertura do Pregão Eletrônico nº 016/2026, objetivando a AQUISIÇÃO DE TURBIDÍMETROS MODELO 2100Q - HACH E COLORÍMETROS MODELO DR300 - HACH. O referido edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.dmaepc.mg.gov.br. Portaria nº 019/2025. Poços de Caldas, 28 de abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG
P. n.º 032/26, Adesão a RP n.º 007/26
Extrato De Contrato N.º058/2026
objeto: Adesão A Registro De Preços Para Contratação De Empresa Especializada Na Execução De Serviços De Melhoramento E Manutenção De Vias Públicas No Município De Ponto Chique/Mg (Referência: Licitação N.º 026/2025 PE:002/2025 Gerenciada Pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Do Médio São Francisco - CIMMESF). Órgão Gerenciador: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Do Médio São Francisco - CIMMESF. Valor Global: R\$ 2.842.553,41 (dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos). Data de assinatura do Contrato: 27/04/2026 contratada: C & R ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 18.666.391/0001-43. Ponto Chique-Mg, 29/04/26. Geraldo Magela Flávio Rabelo – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU-MG
1º AVISO DE ADIAMENTO. Concorrência Eletrônica nº 04/2026 – Processo de Compra nº 50/2026 – O Diretor do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracatu, torna público que por motivo de ORDEM ADMINISTRATIVA a abertura da Concorrência Eletrônica nº 04/2026, anteriormente marcada para o dia 12 de maio de 2026, às 09:00 horas, fica ADIADO para o dia 21/05/2026 com início da Sessão da disputa de lances às 09h (horário de Brasília-DF) no portal onde realizar-se-á a abertura das propostas de preços e lances: www.novobmmnet.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone: (38) 3537-1108. Paracatu (MG), 28 de abril de 2026. Lúcio Prado Ferreira Gomes - Diretor do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Extrato de Contrato – Adesão da Ata de Registro de Preços nº 018/2026, proveniente do Procedimento Administrativo nº 066/2025, modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 032/2025, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene – CIMAMS. Objeto: Aquisição de máquina pesada, tipo motoniveladora zero hora, destinada ao fortalecimento da infraestrutura rural do Município de Porteirinha, em atendimento ao Convênio de Saída nº 1231002357/2025/SEAPA e Plano de Trabalho nº 003093/2025. Contrato nº 30/2026. Contratado: Triama Norte Tratores, Implementos Agrícolas e Máquinas Ltda. CNPJ nº 01.563.351/0001-73. Valor: R\$ 669.000,00. Prazo de vigência: 12 meses. Porteirinha/MG, 28/04/2026. Silvane Batista Santos – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE SUSPENSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2025 - A CIMEV torna público que a suspensão da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2025 firmada com a empresa MRT CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 37.770.487/0001-00, vinculado ao EDITAL N.º 014/25, PROC. LICIT. N.º 014/25, PREG. ELET. POR REGISTRO DE PREÇO 012/25, cujo objeto registro de preços para contratação de empresa para, sob demanda, prestar serviços gerais de manutenção, adequação e reparos em prédios públicos, compreendendo prédios próprios, locados e ou conveniados, com fornecimento de materiais, peças, equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos (desonerada), constantes nas tabelas de preços unitários descritos no sinapi, setop, sicro, sbc, dnit, sudemap, copasa (atualizadas), cujos serviços e bens se enquadram na categoria de serviços comuns, para atender os municípios Consorciados Do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio Rio das Velhas-CIMEV. Temporariamente suspenso, em razão de orientação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU-MG
1º AVISO DE ADIAMENTO. Pregão Eletrônico SRP nº 11/2026 – Processo de Compra nº 17/2026 – O Diretor do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Paracatu, torna público que por motivo de ORDEM ADMINISTRATIVA a abertura do certame, anteriormente marcada para o dia 30 de abril de 2026, às 09:00 horas, fica ADIADO para o dia 27/05/2026 com início da Sessão da disputa de lances às 09h (horário de Brasília-DF) no portal onde realizar-se-á a abertura das propostas de preços e lances: www.novobmmnet.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone: (38) 3537-1108. Paracatu (MG), 28 de abril de 2026. Lúcio Prado Ferreira Gomes. Diretor do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA, **Processo Licitatório n.º 467/2026 - Pregão Eletrônico n.º 024/2026.** Contratação de empresa especializada no fornecimento de material de permanente, conforme quantitativos constantes deste Termo de Referência. **Recebimento das Propostas:** até as 09h29min do dia 18/05/2026 - **Início da Sessão de disputa de preços:** 18/05/2026, as 09hrs e 30min - **Informações:** Prefeitura Municipal, Praça Coronel Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG - Tel: (32) 3741-9600. Carangola/MG, 11/03/2026. Eryck Chrystyan Ravaiani de Oliveira - Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que o Processo Licitatório 02/2026 Pregão Eletrônico N.º 02/2026 – Concessão onerosa de uso de área correspondente a 29,04 m² (vinte e nove metros quadrados e quatro decímetros quadrados), nas dependências do Centro Administrativo de São Gonçalo do Rio Abaixo, para exploração comercial dos serviços de alimentação na modalidade restaurante (fornecimento de marmiteix) e lanchonete. As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 08/04/2026, foi declarado FRACASSADO. As Atas da Sessão poderão ser acessadas no sítio eletrônico https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia e/ou https://licitardigital.com.br. S. G. R. Abaixo, 28 de abril de 2026 Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO-ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. PELO PRESENTE EDITAL, O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA EXTRAÇÃO VEGETAL, CARVOEJAMENTO, REFLORESTAMENTO E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS- SINDEX/MG, convoca todos os trabalhadores representados por essa entidade, para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada, no dia 29 de maio de 2026, às 09h30min (nove e trinta horas) em primeira convocação e às 10h00min (dez horas) em segunda convocação, na Sede do SINDEX/MG, sito à Av. Paraná, 485 – 3º andar, Centro, Belo Horizonte/MG e na mesma data, às 09h30min (nove e trinta horas) em primeira convocação e às 10h00min (dez horas) em segunda convocação, na Sub sede de Guanhães, situada à Rua Capitão Bernardo, nº 220, Sala 02/04, centro, Guanhães/MG, e na mesma data, às 14h30min (quatorze e trinta horas) em primeira convocação e às 15h00min (quinze horas) em segunda convocação no projeto Corrente Canoa III em Sabinópolis/MG, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Pauta de Reivindicações dos trabalhadores, com vistas à abertura da Campanha Salarial 2026/2027; 2) Autorização para o Sindicato promover negociações coletivas com as empresas empregadoras e com o Sindicato representativo da categoria econômica, bem como assinar Acordo(s) Coletivo(s) de Trabalho e Convenção(ões) Coletiva(s) de Trabalho; 3) Autorização para o Sindicato instaurar Dissídio Coletivo perante o TRT-3ª Região, em caso de impasse nas negociações; 4) Aprovação de Taxa Assistencial e/ou Contribuição Negocial; 5) Demais assuntos atinentes à Campanha Salarial 2026/2027. Belo Horizonte, 27 de abril de 2026. José Maria Soares - Presidente do SINDEX/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG informa que fica RETIFICADA a abertura da sessão pública designada para o dia 12/05/2026 às 09:00 horas do Processo 08/2026 Pregão Eletrônico 07/2026 Registro de preços para futura e eventual aquisição de material hidráulico atendendo as necessidades de Secretarias Municipais de S.G.R.A-MG, conforme Termo de Referência e Anexos deste Edital, mediante Ata de Registro de Preços a ser celebrada com o Município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. Onde lia-se 30/05/2026 às 09:00 horas leia-se 12/05/2026 às 09:00 horas. A ata poderá ser obtida no sítio eletrônico https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia e/ou https://licitar S. G. R. Abaixo, 27 de abril de 2026 Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Sind-REDE/BH (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte), com endereço na Av. Amazonas, nº 491 sala 1.009, Centro de Belo Horizonte, CNPJ, 08.002.657/0001-08, representante dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, CONVOCANDO todos os servidores públicos concursados da ativa, aposentados e trabalhadores do Projeto PAS, em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, por seus representantes, nos termos do Estatuto da Entidade, na forma da lei de greve, comunica a população em geral, os empregadores e o governo do Município De Belo Horizonte, os servidores públicos concursados da ativa, aposentados e trabalhadores do Projeto PAS, em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL, em razão da continuidade da greve deflagrada, na forma estatutária e legislação vigente, a se realizar no dia 05/05/2026, às 14 horas em 1ª convocação, e não havendo número legal, às 14h30 do mesmo dia, em 2ª convocação, a se realizar na Praça Da Estação, com endereço na Av. dos Andradas, Centro de Belo Horizonte, para deliberar quanto aos encaminhamentos após decisão da Assembleia Geral do dia 16/04/2026 que deflagrou greve com total paralisação das atividades a partir de 27/04/2026 - por prazo indeterminado. E ainda, na referida assembleia, os trabalhadores sócios e não sócios deverão deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: A) Leitura, discussão e aprovação da ATA de assembleia anterior; B) Discussão e deliberação quanto ao ofício encaminhado para a PBH – Encaminhamento de Pauta e pedido de providências; C) Situação dos trabalhadores terceirizados; omissão da PBH quanto a um processo de transição entre empresas; quitação de direitos e outros; D) Contratação de OSCs para o atendimento de estudantes com deficiência; E) Falta de professores nas escolas; F) Corte de verbas nas escolas; G) Mudanças no tempo integral da educação infantil; H) Desrespeito às direções escolares; I) Omissão quanto ao retorno sobre a pauta de reivindicações salarial e educacional, enviada desde março; J) Definição de Calendário de Mobilização; K) Em razão da greve deflagrada-continuidade/suspensão/termo. Belo Horizonte, 28 de abril de 2026. Diretoria Colegiada – Administrativo e Financeiro. Bárbara Guimarães Rocha, Daniel Lages Wardil, Reinaldo Felício de Lima e Talita Silveira Barros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Extrato de Contrato - Concorrência Eletrônica 05/2026. Objeto: Contratação de empresa técnica especializada em engenharia para execução de obra de pavimentação de vias no município de Porteirinha, Programa Mobilidade Urbana, conforme Contrato de Repasse nº 988318/2025/MCIDADES/CAIXA. Contrato nº 34/2026. Contratado: Branix Empreendimentos Ltda. CNPJ nº 12.253.900/0001-20. Valor: R\$ 607.166,46. Prazo de vigência: 05 meses. Porteirinha/MG, 28/04/2026. Silvane Batista Santos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO N.º 32/2026 - CREDENCIAMENTO N.º 06/2026 - O município de janaúba/mg torna público para conhecimento dos interessados, que realizará entre os dias 12 de maio de 2026 a 12 de maio de 2027, credenciamento de profissionais especializados para a prestação de serviços de manutenção predial com fornecimento de mão de obra qualificada, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao setor de licitações, no referido endereço supracitado, no horário de 12:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, assim como no site: www.janauba.mg.gov.br. Janaúba-MG, 28 de abril de 2026. Tamiris Greycielle de Paula Borges, Assessora Especial em Licitações.

MINAS CIDADÃO CENTRAIS DE ATENDIMENTO S.A.
CNPJ nº 12.975.863/0001-63 - NIRE 31.3.0009591-6
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09/02/2026
Aos 09/02/2026, às 10h, na sede social da Companhia. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Plínio Ripari**, e secretariados pelo Sr. **Michel Ernesto Setzer**. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** **Aprovar** a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia e consignar e ratificar a composição da Diretoria da Companhia, nos termos do Artigo 12 do seu Estatuto Social, ambos com mandato de 02 anos, a iniciar-se nesta data e encerrar-se em 09/01/2028, conforme abaixo: **(f)** Aprovação da reeleição do Sr. **Plínio Ripari**, RG nº XX.16.928-X e CPF/MF nº XXX.318.168-XX, eleito para o cargo de **Diretor Administrativo-Financeiro**, para exercer o mandato até 09/01/2028; e **(h)** Aprovação da reeleição do Sr. **Michel Ernesto Setzer**, RG nº XX.730.022-X SSP/SP e CPF/MF nº XXX.610.538-XX, eleito para o cargo de **Diretor Presidente**, para exercer o mandato até 09/01/2028. Os Diretores reeleitos tomam posse de seus cargos nesta data. **Aprovar**, por consequente, a ratificação de todos os atos praticados pelos Diretores Plínio Ripari e Michel Ernesto Setzer até a presente data. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. **Mesa:** Sr. Plínio Ripari (Presidente) e Sr. Michel Ernesto Setzer (Secretário). **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais** - Certifico o registro sob o nº 13712950 em 23/03/2026 da Empresa MINAS CIDADÃO CENTRAIS DE ATENDIMENTO S.A. - NIRE 31300095916 e Protocolo 261136216 - 11/02/2026. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que o Processo Licitatório N.º 18/2026 – Pregão Eletrônico N.º 16/2026 – Contratação de empresa especializada em fragmentação, transporte e estocagem de material de 3ª categoria, para reutilização no município de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, que a sessão pública aberta às 09:01 horas do dia 28/04/2026, ficou DESERTA. As atas e termo de homologação poderá ser obtido no sítio eletrônico https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia e/ou https://licitar.digital. S. G. R. Abaixo, 28 de abril de 2026. Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.